



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS Y DE LA EDUCACION Y LA
COMUNICACIÓN
MAESTRIA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

EDUCAÇÃO COMO ALTERNATIVA PARA JOVENS EM CONFLITO
COM A LEI: UM ESTUDO NO DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES
SOCIOEDUCATIVAS/RJ

Aldenise Souza da Fonseca

Asunción, Paraguay

2020

Aldenise Souza da Fonseca

**EDUCAÇÃO COMO ALTERNATIVA PARA JOVENS EM CONFLITO COM A
LEI- UM ESTUDO NA DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES
SOCIOEDUCATIVAS/RJ**

Tesis preparada a la Universidad Autónoma de Asunción como requisito parcial para la obtención del título de maestría en Ciencias de la educación.

Orientador: Prof. Dr. Diosnel Centurión, Ph.D.

Asunción, Paraguay

2020

Fonseca, Aldenise Souza da

Educação como alternativa para jovens em conflito com a lei- um estudo no departamento geral de ações socioeducativas/RJ

Assunção, Paraguai: Universidad Autónoma de Asunción, 2020

Tese de Mestrado em Ciências da Educação = 81 páginas.

Lista de Referências: p. 61

Orientador: Dr. Diosnel Centurión, Ph.D.

Áreas temáticas: 1. Educação. 2. Políticas públicas. 3. Jovens em conflito com a lei.

Aldenise Souza da Fonseca

**EDUCAÇÃO COMO ALTERNATIVA PARA JOVENS EM CONFLITO
COM A LEI- UM ESTUDO NO DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES
SOCIO-EDUCATIVAS/DEGASE/RJ**

Esta tese foi avaliada e aprovada em __/__/__ para a obtenção do título de Mestre em
Ciências da Educação pela Universidad Autónoma de Asunción

Asunción, Paraguay

2020

Dedico esse trabalho aos meus amores Rafael e Raquel meus filhos queridos e a Giovanna princesa linda da vovó.

Agradeço a Deus pela dádiva da vida... por permitir mais essa vitória... obrigada meu Deus!! Meus colegas de turma pelo carinho e aconchego e em especial aos meus amigos Marta Chaves e Ney Osório que em tantas vezes foram meu suporte... meu incentivo e minha força... muito obrigada!

“Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo.”

Paulo Freire

Sumário

LISTA DE TABELAS	viii
LISTA DE GRÁFICOS	ix
LISTA DE FIGURAS	x
LISTA DE ABREVIATURAS	xi
INTRODUÇÃO	1
1 POLÍTICAS PÚBLICAS	4
1.1 Generalidades	4
1.2. Políticas Públicas Educacionais	12
1.3 Adolescentes Infratores.....	25
1.4 O Estatuto Criança Adolescente – Breves Conceitos	29
2 EDUCAÇÃO	33
2.1 Educação Especial	33
2.2 Educação Carcerária	34
2.3 A educação de Jovens Infratores	38
2.4 Breves considerações acerca da Formação Docente	42
3 METODOLOGIA	45
3.1 Problema e objetivos.....	45
3.2 Variáveis	45
3.3 População, amostra e participantes.....	45
3.4 Desenho (modelo).....	46
3.5 Enfoque	47
3.6 Tipo de investigação	47
3.7 Descrição do lugar do estudo	48
3.8 Técnicas de coleta de dados	50
3.8.1 Procedimento	52
3.8.2 Validação e adequação dos métodos aos objetivos da tese.....	53
3.9 Técnica de análise de dados	53
4 RESULTADOS	55
4.1 Resultados quantitativos	55
4.1.1 Descrição do perfil dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativa no DEGASE/RJ.....	55
4.1.2 Importância da Educação para os jovens, na visão dos professores que lidam diretamente com esses jovens	56
4.1.3 Formação dos professores que atuam no colégio Luiza Mahin/ DEGASE/RJ	58
4.2 Resultados qualitativos.....	62
4.2.1 Educação como políticas públicas regulatórias	62
4.2.2 Importância da Educação para adolescentes infratores	64
4.2.3 Formação docente e adolescentes infratores	65
CONCLUSÕES	67
RECOMENDACÕES	69
REFERENCIAS	70
APÊNDICE	73
1 – Questionário aos docentes.....	73
2 -Roteiro entrevista Diretor e ou Diretora	76

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Tipos de políticas públicas	8
TABELA 2	Principais políticas educacionais por período e características	14
TABELA 3	Perfil de jovens apreendidos	25
TABELA 4	Dados estatísticos de jovens apreendidos	25
TABELA 5	Total de adolescentes internados por sentença/ por 10 mil habitantes e por 100 mil habitantes	26
TABELA 6	Nível de escolaridade, quantitativo e percentual dos presos	36

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Perfil das alunas quanto à classe social	55
GRÁFICO 2	Perfil das alunas quanto à raça	56
GRÁFICO 3	Disciplinas com maior interesse das alunas	57
GRÁFICO 4	Disciplinas com menor interesse pelas alunas	57
GRÁFICO 5	Fator positivo da Escola	58
GRÁFICO 6	Formação dos docentes	59
GRÁFICO 7	Tempo de permanência dos docentes	59
GRÁFICO 8	Formação docente	60
GRÁFICO 9	Curso de capacitação docente	61
GRÁFICO 10	Número de turmas lecionadas pelos docentes	61

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Diferença entre governo e estado	11
FIGURA 2	Mapa do município do Rio de Janeiro	49
FIGURA 3	Centro de Socioeducação Prof. Antônio Carlos Gomes da Costa	50

LISTA DE ABREVIATURAS

ANA – Agência Nacional de Águas
ANS - Agência nacional de saúde
APAIBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CNJ - Conselho Nacional de Justiça
CRIIAD - Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente
DEGASE - Departamento Geral de Ações Socioeducativas
DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional
EBC – Empresa Brasileira de Comunicação
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ENEM - Criação do Exame Nacional Ensino Médio
FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FNDE - Fundo Nacional Desenvolvimento da Educação
FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF - Fundamental e de Valorização do Magistério
IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas
LBD – Lei de Diretrizes Educacionais
MEC - Ministério da Educação e Cultura
MOBRAL - Movimento Brasil Alfabetizado
PBA - Programa Brasil Alfabetizado
PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE - Plano de Desenvolvimento Educacional
PEESPs - Planos Estratégicos de Educação nos sistemas prisionais
PNAC - Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE - Programa Nacional Alimentação Escolar
PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PNLD - Programa Nacional livro didático
PROINFO Programa Nacional de Informática na Educação
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI - Programa Universidade para Todos
SAEB - Criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNE – União Nacional de Estudantes

RESUMO

A presente pesquisa partiu da premissa inicial de que a Educação é o caminho mais viável para a transformação do cenário atual no Brasil, no qual, no ano de 2016, o número de adolescentes em conflitos com a lei aumentou 100%. Tal cenário fez emergir o problema de pesquisa, qual seja: qual o papel da Educação enquanto política pública e como alternativa para Jovens em conflito com a Lei? Visando respondê-lo, o objetivo geral da pesquisa é analisar o papel da Educação como política pública e alternativa para Jovens em conflito com a Lei na visão de professores e atores do Colégio Estadual Luiza Mahin/DEGASE/RJ, no bairro da Ilha do Governador na cidade do Rio de Janeiro, e os específicos descrever o perfil das adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no DEGASE/RJ; verificar a importância da Educação para os jovens, na visão dos professores que lidam diretamente com esses jovens; caracterizar a formação dos professores que atuam no Colégio Estadual Luiza Mahin /DEGASE/RJ. É um estudo não experimental com enfoque quantitativo e qualitativo, que ratificou a Educação não apenas a importância, mas aponta a Educação como único caminho para que a realidade desses jovens seja modificada.

Palavras chave: Educação; Políticas públicas; Jovens em conflito com a lei.

RESUMEN

Esta investigación comenzó con la premisa inicial de que la educación es la forma más viable de transformar el escenario actual en Brasil, en el que, en 2016, el número de adolescentes en conflicto con la ley aumentó en un 100%. Este escenario condujo al problema de la investigación: ¿cuál es el papel de la educación como política pública y como alternativa para los jóvenes en conflicto con la ley? El objetivo principal fue analizar el papel de la educación como una política pública y alternativa para los jóvenes en conflicto con la Ley, en opinión de los docentes y actores del Colegio Estatal Luiza Mahin / DEGASE / RJ, en el barrio de Ilha do Governador en la ciudad de Río de Janeiro. Los objetivos fueron describir el perfil de los adolescentes detenidos en DEGASE / RJ; verificar la importancia de la educación para los jóvenes, en opinión de los docentes que tratan directamente con estos jóvenes; y caracterizar la educación de los maestros que trabajan en Luiza Mahin State College / DEGASE / RJ. Fue un estudio no experimental con enfoque cuantitativo y cualitativo. Los resultados ratificaron que la educación no solo es importante, sino señala la educación como la única forma de modificar la realidad de estos jóvenes.

Palabras clave: Educación; Políticas públicas; Jóvenes en conflicto con la ley.

INTRODUÇÃO

O cenário sócio, político e econômico brasileiro hoje, enfrenta um dos piores momentos de sua história, frente a uma crise inicialmente restrita à economia, mas que culminou em outra crise, esta, de cunho moral que reverbera na sociedade de forma contundente, uma vez que atinge a vida dos indivíduos sob todos os aspectos, porque uma sociedade é sustentada pela sua composição sócio cultural, política e econômica e a mesma constituída pelas políticas desenvolvidas pelos diversos atores e seus respectivos campos.

Nessa perspectiva, encontra-se o Estado brasileiro, imerso em índices negativos alarmantes, como por exemplo, segundo projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - no 1º trimestre de 2017, o desemprego atingiu 14,2 milhões de pessoas, isso traz graves consequências e implica em outros fatores, e um dos principais é o expressivo aumento da violência.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Contínua (PNAD Contínua), o número de desempregados no ano de 2017 chegou a 13,2 milhões na média do ano, um aumento de 12,5% na comparação com a média do ano anterior (11,7 milhões). Esse panorama, tem sérias implicações na sociedade, pois como já referenciado, os índices de desemprego estão associados aos índices de violência, que de acordo com o 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil registra o maior número de assassinatos da história em 2016; 7 pessoas foram mortas por hora no país.

Nessa perspectiva, e segundo o Conselho Nacional de Justiça – CNJ –no ano de 2016, *dobrou o número de adolescentes cumprindo medida socioeducativa no país – em novembro do ano passado havia 96 mil menores nessa condição e neste ano já são 192 mil.* Estes, são números que indicam que algo bastante sério ocorre no Brasil.

Porém, embora conscientes do que pode representar esse cenário, é necessário também destacar que tais índices estão intimamente relacionados com outro fator de peso: a Educação.

É sob essa perspectiva e assumindo que a Educação representa o caminho mais viável para que se vislumbre um cenário diferente, e que é através dela, que o sujeito tem as condições de transformar seu papel, passando de coadjuvante para protagonista de sua história, que emerge aqui, o principal problema de pesquisa: qual o papel da Educação enquanto política pública e como alternativa para Jovens em conflito com a Lei? Diante disso, se impõem as seguintes questões de estudo:

- 1) Quais os objetivos e sentido das políticas públicas educacionais?
- 2) Como as políticas públicas incidem na Educação dos jovens em conflito com a lei?
- 3) Qual o perfil dos adolescentes objeto de ações socioeducativas?
- 4) Quem são os docentes que atuam no ambiente destinado às ações socioeducativas dos jovens em conflito com a lei?

Com isso em mente, são traçados os objetivos da pesquisa conforme segue:

Objetivo Geral

Analisar o papel da Educação como política pública e alternativa para Jovens em conflito com a Lei na visão de professores e atores do Colégio Estadual Luiza Mahin/DEGASE/RJ, no bairro da Ilha do Governador na cidade do Rio de Janeiro.

Objetivos Específicos

- 1) Descrever o perfil das adolescentes em medida socioeducativa no DEGASE/RJ
- 2) Verificar a importância da Educação para os jovens, na visão dos professores que lidam diretamente com esses jovens;
- 3) Caracterizar a formação dos professores que atuam no Colégio Estadual Luiza Mahin /DEGASE/RJ

Justificativa

Conforme já anunciado, os fatores desencadeantes da presente pesquisa são fatores relacionados aos altos índices de desemprego e violência, que estão relacionados com a Educação, ou a falta dela.

Esses fatores são de extrema relevância, uma vez que têm impacto na vida da sociedade em geral, sobretudo quando a vida humana está no cerne da questão, porque os índices de mortalidade no Brasil causados pela violência representam uma realidade cruel que impacta na vida dos indivíduos, das famílias, das instituições e dos órgãos governamentais. Ou seja: são fenômenos que incidem diretamente ou indiretamente na vida de toda a sociedade, uma vez que suas consequências são avassaladoras.

Dessa forma, a presente pesquisa encontra sua relevância à medida em que se propõe discutir questões atuais, que estão na pauta dos debates dos diversos espaços políticos sociais e econômicos do país.

Com base em dados do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas – IPEA¹

A idade com a maior concentração de homicídios é de 21 anos. Era de 25 anos no início da década de 80. A maioria das mortes (31.264 em um total de 59.080 homicídios registrados em 2015) foram de jovens entre 15 e 29 anos. Ao todo, mais de 318 mil jovens foram mortos entre 2005 e 2015. O custo dessas mortes precoces é de 1,5% do PIB, segundo contas do Ipea – isso é o que esses jovens produziram ao longo da vida se estivessem no mercado de trabalho.

De acordo com esses dados, é possível observar que a relação morte *versus* faixa etária vem se modificando, e os homicídios vêm acontecendo cada vez mais precocemente na vida dos jovens Brasileiros. Porém, também de acordo com o IPEA, *A educação é o passo inicial para a redução dos homicídios. Para cada 1% a mais de jovens entre 15 e 17 anos nas escolas, há uma diminuição de 2% na taxa de assassinatos nos municípios.*

Frente a equação: + escola = - assassinatos, se torna extremamente relevante, fomentar a discussão acerca da Educação para os jovens que já se encontram em conflito com a Lei, uma vez que se faz necessário também pensar que a situação de violência no Brasil e sua relação direta com a Educação, é um texto escrito por diversas mãos, e que estas, possuem interesses, valores e visões diferentes.

Isto significa dizer que, os temas em questão são prerrogativas inerentes às distintas instituições, sejam elas instituições governamentais ou familiares, porém, o que precisa ser destacado é que as consequências da desastrosa situação na qual se encontra a segurança no Brasil, é prerrogativa e responsabilidade da sociedade em geral, resguardando obviamente, seus respectivos papéis.

Portanto, a presente pesquisa encontra sua relevância por se propor a fomentar a discussão acerca do tema, com o intuito de disseminar as informações junto à comunidade acadêmica e a sociedade em geral.

¹ Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br>

1 POLÍTICAS PÚBLICAS

1.1 Generalidades

Toda área de conhecimento nasce via de regra, para responder às necessidades da humanidade, por isso, entender a procedência e a postura ontológica de qualquer área, é importante para melhor compreender sua trajetória, suas consequências, (boas ou não) e suas perspectivas. De acordo com Melazzo (2010), o termo política pública pode parecer redundante se partirmos do princípio, que toda política é, em essência, pública, o que demanda um esforço inicial de se entender os conceitos de modo a constituir suas bases.

Diante disso, emergem questões tais como: o que efetivamente se estabelece como uma política? como discernir dentro de seu bojo, a sua finalidade, seja do ponto de vista acadêmico, ou do ponto de vista da ação governamental? alguns teóricos já arriscaram respostas:

Pode-se dizer que as políticas públicas representam os instrumentos de ação dos governos, numa clara substituição dos "governos por leis" (*government by law*) pelos "governos por políticas" (*government by policies*). O fundamento mediato e fonte de justificação das políticas públicas é o Estado social, marcado pela obrigação de implemento dos direitos fundamentais positivos, aqueles que exigem uma prestação positiva do Poder Público (Bucci, 1996, P. 135).

O autor entende que as políticas públicas são, na realidade uma providência no sentido de atender a uma necessidade da sociedade; um ato social que atenda aos direitos fundamentais dos cidadãos, sejam esses atos de ordem legal ou acadêmica.

Para Agum, Riscado e Menezes (2015), a política pública teve suas origens nos Estados Unidos da América – EAU - no século XX, foi concebida inicialmente como uma área do conhecimento acadêmico, mas depois foi se transformando e assumindo caráter multidisciplinar.

Sousa (2006), assinala que na Europa, as políticas públicas como disciplina nasce como uma subárea da ciência política e enfatiza o caráter explicativo do Estado e do governo. Porém, alguns teóricos pensaram a questão de forma bastante contundente, e Souza (2006, p. 5), afirma que:

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como

um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

As afirmações acima permitem compreender que as políticas públicas são, essencialmente, providências provenientes do Estado – e dos governos – com intenções pré-definidas, sejam elas para suprir uma necessidade coletiva, ou apenas dar uma resposta a uma questão eventualmente incômoda. De forma minimalista é possível afirmar que política pública é uma área de conhecimento que “busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente).” (Souza, 2006, p. 4).

Nessa perspectiva, vale salientar que as políticas públicas giram em torno de interesses, preferências e ideias, e estas concebidas na sociologia, ciência política e economia e tendo como pano de fundo o Estado a política, a própria economia e a sociedade, o que é corroborado por Ferreira (2012, p. 24), quando escreve:

Para analisar uma política pública, os problemas sociais são de grande importância, sobretudo enquanto são fatores dos processos de conflito e de coalizão na vida político-administrativa. Na realidade política das democracias mais consolidadas, os atores dessa política costumam rivalizar-se, mas acabam criando laços internos de solidariedade, o que lhes possibilita defender e agir contra os outros atores considerados concorrentes.

Frente a tais colocações, vale lembrar que tais providências são condição de governos que se dizem democráticos, mas que, muitas vezes, traduzem na realidade, seus propósitos políticos e eleitorais em programas e ações que (alegam) produzir resultados ou mudanças para a sociedade. Ainda para Ferreira (2012), o caráter “público” da política lhe é atribuído não pela dimensão social que ela atinge, mas pela sua imprescindibilidade, ou seja, são determinações e atuações “blindadas” pela autoridade soberana do poder público.

Dessa forma, o termo público, quando pertinente à política, não implica necessariamente ou exclusivamente à ação do Estado, mas à coisa pública, ou seja, àquilo que é comum a todos, o que permite presumir que existem políticas públicas que podem ser instituídas pela esfera não estatal, como por exemplo, as Organizações não Governamentais – ONGs. Tais concepções deram origem ao que se denominou público não estatal², e se traduz basicamente em:

O setor produtivo público não-estatal é também conhecido por “terceiro setor”, “setor não-governamental”, ou “setor sem fins lucrativos”. Por outro lado, o espaço público não-estatal é também o espaço da democracia participativa ou direta, ou seja, é relativo à participação cidadã nos assuntos públicos. [...] são organizações ou formas de controle “públicas” porque estão voltadas ao interesse geral; são “não estatais” porque não fazem parte do aparato do Estado, seja porque não utilizam servidores públicos ou porque não coincidem com os agentes políticos tradicionais. (Ferreira, 2012, p. 24)

Tais modelos de gestão e de se pensar as políticas no Brasil, foram constituídas a partir do fim do governo Sarney (1984 – 1989 - cujo ministro da Fazenda era Bresser Pereira) e início do governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002) no qual o Ministro Bresser Pereira (ministro da Fazenda) iniciou tais feitos políticos e econômicos. Bresser Pereira (1999, p. 16) prevê:

Uma das inovações fundamentais se vincula com a importância que crescentemente adquirem as formas de propriedade e de controle social públicos não-estatais, a ponto em que é possível presumir que o século XXI será o século em que o público não-estatal poderá constituir-se numa dimensão chave da vida social.

Dessa forma, o autor contradiz o que até então, era oficialmente válido em termos de políticas públicas, conforme anteriormente assinalado, o trabalho de Sousa (2006), baseado em autores como Lynn (1980), Peters (1986), Dye (1984) sugere que as políticas públicas

² Concepção muito disseminada nos anos 1990, no Brasil, [...] a transferência de atividades realizadas pelo Estado ao setor privado. O pressuposto do público não-estatal é de que o Estado é burocrático, ineficiente e ineficaz na execução de serviços públicos [...] Como se trata de um serviço para grandes contingentes populacionais, convencionou-se chamar de “público”; e já que é executado pelo setor privado supostamente sem fins lucrativos (confessional, filantrópico ou comunitário), então **público não-estatal**. (Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_publico_ nao-estatal%20.htm#_ftnref1)

são essencialmente uma providência estatal, o que se modifica a partir de trabalhos como o de Fonseca (2012), fortemente orientado por Bresser Pereira (1999). Com isso, é possível compreender que o desenho acerca das políticas públicas se modifica conforme a configuração política e econômica do país. Essa ideia de público não estatal emerge fortemente sustentada pelo discurso altamente defensor da democracia, “[...]o espaço público não-estatal é também o espaço da democracia participativa ou direta, ou seja, é relativo à participação cidadã nos assuntos públicos.” (Bresser Pereira, 1999 p. 16).

Com isso em mente, é conveniente chamar a atenção para o fato dos atores envolvidos serem consecutivamente aqueles que de alguma forma, têm algo envolvido, e pode ganhar ou perder com a execução da mesma.

De acordo com sua influência na política pública eles podem ser públicos e privados, burocratas, políticos, empresários, trabalhadores, a mídia. Assim, a maior parte da atividade política dos governos se destina à tentativa de satisfazer as demandas que lhe são dirigidas pelos autos sociais ou formuladas pelos próprios agentes do sistema político, ao mesmo tempo em que articulam o apoio necessário e recebem algo em troca (geralmente, o voto) (Fonseca, 2012, p. 26).

Assim, as medidas adotadas devem solucionar um problema, e vai depender das posturas adotadas pelos diversos atores, e estes, a partir de tais medidas, formam alianças e definem o cenário das políticas públicas.

É importante lembrar também que nem todo problema público gera uma política pública. Para que um conjunto de fatores configure verdadeiramente um problema político, Fonseca (2012, p. 27) adverte que são necessárias as seguintes características:

- a) Mobilize ação política, seja ela coletiva de grandes ou pequenos grupos dotados de fortes recursos de poder, seja ela ação de atores individuais;
- b) Constitua uma situação de crise, de modo que o ônus de a resolver seja menor que o de não a resolver;
- c) Constitua situações de vantagens a serem obtidas com a solução do problema, passando a ser um input, ou seja, incluindo-se na agenda governamental.

Assim, o problema público com respaldo de política pública é aquele que apresenta discrepância entre a situação real e a ideal, e inclusive que tenha impacto em uma

quantidade ou qualidade razoável de pessoas. Ou seja: é necessário que o problema represente verdadeiramente a coletividade. Nessa perspectiva, políticas públicas podem ser institucionalizadas por meio de qualquer instrumento que envolva a coletividade, como por exemplo, decisões judiciais coletivas, leis, projetos políticos ou acadêmicos (desde que envolvam um número considerável de pessoas) e campanhas publicitárias, tais instrumentos, podem ter finalidades distintas, tais como regular a prestação de serviços (as agências reguladoras como agência nacional de saúde ANS, Agência Nacional Águas ANA etc.), ou a finalidade de distribuir, constituir e de redistribuir produtos, ações e serviços.

Ou seja: as políticas públicas representam uma variedade de situações e fatores, e não necessariamente como já assinalado, originariamente de governo, o que significa pensar em políticas como uma providência, por parte de um organismo (estatal ou privado), que vise suprir uma determinada necessidade, ou atender uma demanda da sociedade civil, de forma estruturada e organizada. Devido a essa pluralidade de motivações, existem também os vários tipos e finalidades dos instrumentos de políticas públicas, que Fonseca (2012), baseado na Tipologia de Lowi (1972), as explica conforme tabela 1 a seguir:

Tabela 1
Tipos de Políticas públicas.

TIPOS DE POLÍTICAS	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS
DISTRIBUTIVA	Destinam bens ou serviços aos segmentos específicos da sociedade para a qual se destinam e normalmente são custeadas com recursos da coletividade	Hospitais, escolas, construção de pontes, benefícios do governo (bolsa-família, salário desemprego etc).
REDISTRIBUTIVA	Alocam bens ou serviços aos segmentos da sociedade aos quais se destinam, porém, com recursos oriundos de outros grupos específicos.	Royalties de petróleo
REGULATÓRIAS	Esse tipo de política pública tem a ver com interdições, os custos podem ser distribuídos de forma restrita e específica.	Código de trânsito; intervenção Federal em um Estado.
CONSTITUTIVAS	Estabelecem as diretrizes para a operacionalização das demais.	Constituição Federal; Código Eleitoral.

Fonte: Fonseca (2012) e Lowi (1972).

Frey (2000), auxilia no entendimento dos tipos de política pública da seguinte forma:

Políticas distributivas - são essencialmente caracterizadas pela ausência ou baixa incidência de conflitos dos processos políticos, visto que esse tipo de política tem custos vindos da coletividade.

Políticas redistributivas – estas apontam para o conflito, e os recursos financeiros têm deslocamento de forma consciente, entre parcelas ou grupos da sociedade, isto explica o exemplo da tabela 1, (Royalties de petróleo) que normalmente, é bastante conflituoso quanto a sua distribuição.

Políticas regulatórias – as palavras que melhor definem esse tipo de política segundo Frey (2000), são ordens e proibições, e para isso necessitam de decretos e portarias. Esse tipo de política é bastante complexo, pois seus custos, benefícios, consenso e coalizão não são passíveis de determinações a priori, e dependem da configuração concreta das políticas.

Políticas constitutivas – Estas, são efetivamente, o tipo de política que está acima das demais, e assume caráter decisório, pois é ela que institui as diretrizes sob as quais as outras políticas se desenvolverão.

Nessa perspectiva, entende-se a política pública como providências que são provenientes de necessidades ou interesses e que visam atendê-los, mas para isso é necessário estabelecer regras porque elas normalmente envolvem pessoas, esferas governamentais e instituições distintas.

- Política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.
- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.
- A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.
- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.

A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação. (Souza, 2006, p.10).

Como é possível observar, as políticas públicas são, essencialmente, um conjunto de fatores que visam atender a um conjunto de outros fatores, e que envolve um outro conjunto de atores, esses atores são o governo e o Estado, o que supõem que se entenda a diferença entre ambos.

Laudino (2015, *on line*), explicita tal diferença de forma bastante esclarecedora quando escreve:

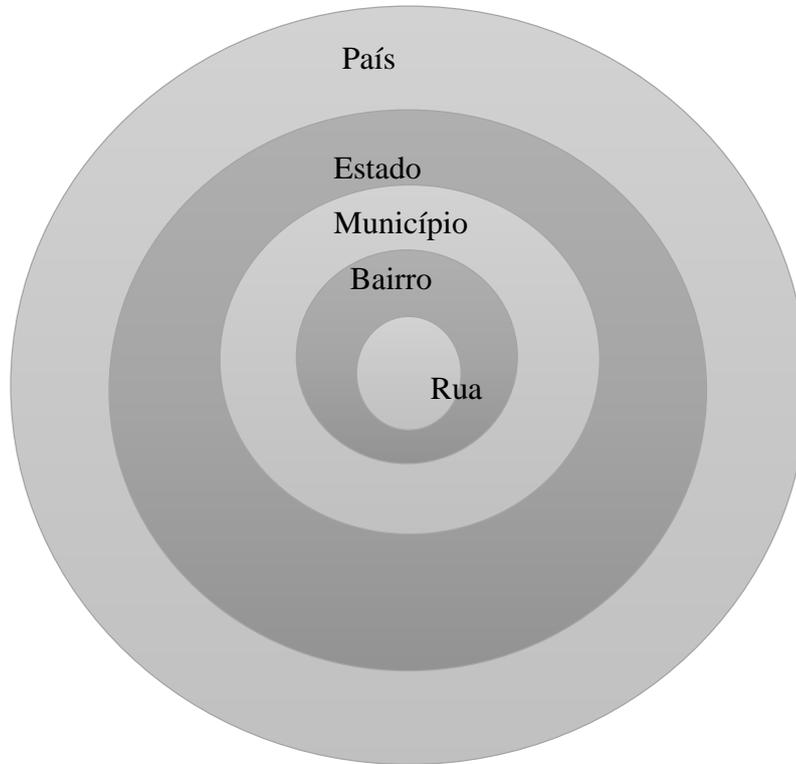
Quando tratamos de Estado, nos referimos às unidades políticas (municípios, estados, nações), [...] á governo pode ser entendido, como a organização, que é a autoridade administrativa ou gestora de uma unidade política. [...] O Estado pode ser alterado por golpes e revoluções que transformam democracias em ditaduras, ditaduras em democracias, monarquias em repúblicas ou por novas constituições. Já os governos, podem ser alterados a cada nova eleição ou por meio de impeachment, como ocorreu no Brasil na gestão do presidente Fernando Collor de Mello³.

O trabalho do autor, data de 2015, e nele, cita como exemplo governamental o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, assim, vale lembrar também que outro processo de *impeachment* ocorreu no Brasil, modificando totalmente a configuração de governo: o da presidente Dilma Rousseff que ocorreu em agosto de 2016. Isto posto, retorna-se a questão da diferenciação e desenho estrutural de Governo e Estado, e uma forma de se entender melhor a questão é conforme abaixo:

³ (Disponível em: <https://daniellelaudinos.wordpress.com>) -

Figura 1

Diferença entre governo e estado



Fonte: Laudino (2015).

Tal divisão de território, também conduz a divisão de poder e de papéis a serem desenvolvidos por cada esfera que compõem o território, assim, é necessário entender que da mesma forma que existem diferenças entre Estado e Governo, existem também diferenças entre políticas de governo e políticas do Estado.

Políticas de governo são aquelas que o Executivo decide num processo bem mais elementar de formulação e implementação de determinadas medidas, para responder às demandas colocadas na própria agenda política interna – pela dinâmica econômica ou política parlamentar ou vindos de fora, como resultado de eventos internacionais com impacto doméstico (Laudino, 2015. P. 2).

Ou seja: são políticas, que normalmente, não envolve grandes decisões nem grandes esferas em termos de escalão governamental, são decisões mais simples de serem tomadas e que são definidas no âmbito interno.

Políticas de Estado, por sua vez, são aquelas que envolvem as burocracias de mais de uma agência do Estado, justamente, e acabam passando pelo Parlamento ou por instâncias diversas de discussão, depois que sua tramitação dentro de uma esfera (ou mais de uma) da máquina do Estado envolveu estudos técnicos, simulações, análises de impacto horizontal e vertical, efeitos econômicos ou orçamentários, quando não um cálculo de custo-benefício levando em conta a trajetória completa da política que se pretende implementar (Laudino, 2015. P. 2).

Frente a essas considerações, nas quais o autor explicita que o Governo decide de forma embrionária as providências a serem tomadas, e informa para o Estado, que efetivamente operacionaliza tais políticas, retoma-se ao principal objeto de estudo da presente pesquisa, e se busca entender a Educação como política pública, porque ela se encontra (não exclusivamente) no bojo das ordenações e intervenções do estado, conforme melhor será explicitado na seção a seguir.

1.2. Políticas Públicas Educacionais

Com o intuito de melhor compreensão acerca das políticas educacionais no Brasil, vale salientar um breve retrospecto histórico, para o qual Saviani (2008), nos fornece referencial quando pontua que, no período compreendido entre 1549 – 1749, os jesuítas⁴ comandavam o sistema educacional no Brasil, sistema este, embasado prioritariamente pelo aspecto religioso (católico) e as escolas estavam a serviço da fé. Já o período entre 1790 – 1800, (Pombalino⁵) se contrapôs aos jesuítas, e visava uma Educação voltada para o Estado. Em seguida emerge o período caracterizado como Joanino⁶, com importantes feitos educacionais como por exemplo a fundação da escola de Medicina de Salvador e a do Rio de Janeiro (atual faculdade nacional de medicina da Universidade Federal Rio Janeiro/ UFRJ).

⁴ Período jesuítico iniciado em 1549 começou sua catequese erguendo um colégio em Salvador na Bahia. Cinquenta anos mais tarde já tinham colégios pelo litoral, de Santa Catarina ao Ceará. Quando o marquês de Pombal os expulsou, em 1760, eram 670 por todo o país, distribuídos em aldeias, missões, colégios e conventos.

⁵O Período Pombalino (1750 a 1777), durante o reinado de Dom José I. Fonte: https://www.historiadorbrasil.net/brasil_colonial/periodo_pombalino.htm

⁶ Referência ao governo de D. João VI.

O período compreendido entre 1822 a 1888, (Imperial⁷) representa um importante marco histórico educacional, uma vez que nesse período, foi outorgada a primeira constituição Brasileira, que em seu artigo 179 contempla *Instrução primária e gratuita a todos os cidadãos*. Posteriormente, veio a primeira República, período de 1889 – 1929, que também presenciou as importantes Reformas Educacionais, dentre as quais, a Reforma Benjamin Constant⁸. Já na segunda República entre 1930 – 1936, ocorre a Revolução Capitalista, a chamada revolução de 30, na qual produção industrial teve forte influência.

O Estado novo engloba o ano de 1937 – 1945, e o que é evidenciado nesse período é a Nova Constituição, que enfatiza o ensino pré-vocacional e profissional, ou seja: uma educação mais voltada para o mercado de trabalho. A nova República refere-se ao período de 1946 – 1963, nesse período, é criado o Ministério da Educação e Cultura – MEC, e também é fortalecida a luta por um sistema educacional público e gratuito, com influências de Jean Piaget e Paulo Freire.

Porém, entre 1964 – 1985, foi o Regime Militar que governou o Brasil, e no sistema educacional se destaca a perseguição a alguns educadores devido às suas posturas ideológicas, a proibição da União Nacional dos Estudantes – UNE, e a criação do Movimento Brasil Alfabetizado - MOBRAL. O período de 1986 – 2006, destaca a criação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB Lei 9396/96), entre outros. Atualmente, segundo o IBGE há declínio do analfabetismo, conforme informações da Empresa Brasileira de Comunicação – EBC:

De 2016 a 2017, a taxa de analfabetismo no país entre pessoas com 15 anos ou mais de idade foi estimada em 7%, uma queda de 0,2 ponto percentual em relação aos 7,2% registrados em 2016, o equivalente a menos de 300 mil pessoas. Apesar da queda, o país registrava em 2017, 11,5 milhões de analfabetos⁹.

⁷Século XIX e que compreendia grande parte dos territórios que formam o Brasil e o Uruguai atuais. De uma colônia do Reino de Portugal, o Brasil tornou-se a sede do governo do Império Português em 1808, D. João VI elevava o Brasil à condição de reino unido com Portugal, sua ex-metrópole. Mais tarde, retornou para Portugal, deixando seu herdeiro e filho mais velho, D. Pedro, na condição de Príncipe Regente do Brasil.

⁸Ver DELANEZE, Taís. As reformas educacionais de Benjamin Constant (1890-1891) e Francisco Campos (1930-1932): o projeto educacional das elites republicanas. São Carlos: UFSCar, 2007

⁹ (Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-05/ibge-taxa-de-analfabetismo-no-pais-cai-02-ponto-percentual-em-2017>. Acesso em 06/06/2018).

Com base nos dados acima, é possível perceber que apesar dos índices, aparentemente positivos, muito embora com índices relativamente baixos, - 0,2 pontos percentuais não são muito significativos - ainda há muito o que se fazer para que o analfabetismo seja erradicado no Brasil. Porém, o que se percebe é que o sistema educacional brasileiro, vem sofrendo alterações ao longo do tempo, e que recentemente assinala-se como marco importante, a Reforma do Ensino Médio, ora em vigor.

Frente a este breve contexto histórico, vale dizer que no presente estudo, optamos por apresentar as principais políticas educacionais, sob dois momentos distintos: no primeiro, o breve histórico acima, compreendendo o período de 1549 até 1985, destacando muito superficialmente apenas os momentos marcantes. No segundo, julgou-se pertinente, melhor detalhar as políticas mais recentes, uma vez que muitas delas ainda se encontram em vigor, sem alterações, e outras, apenas sofreram alguma alteração, mas, que a essência continua por vigorar, conforme tabela 2 a seguir:

Tabela 2

Principais políticas educacionais por período e características.

Marco Temporal	Política Educacional	Característica
1985	Artigo Constitucional 205/214	A educação como direito público individual; previsão de gestão democrática; o Estado como provedor de espaços de educação infantil; ensino noturno regular; ensino fundamental obrigatório e gratuito; previsão de educação especializada aos portadores de deficiências.
1990	Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania - PNAC Criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB	Ensino universal e combate ao analfabetismo. Medir os conhecimentos e habilidades dos alunos, através de testes, para avaliar a qualidade do ensino; examinar as condições de infraestrutura das escolas; perfil do diretor e professor e mecanismos de gestão escolar, além de verificar o tipo de pedagogia aplicada entre outros.
1995	Emenda Constitucional n.º 14	Intervenção Federal nos Estados que não destinarem o valor mínimo legal à educação; planejar recursos da União

Marco Temporal	Política Educacional	Característica
	<p>Lei n.º 9.394/96</p> <p>Lei n.º 9.424</p>	<p>para erradicação do analfabetismo e manter o ensino fundamental;</p> <p>Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Educação passa a ter suas diretrizes sob a referida lei</p> <p>Estabelece o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).</p>
1997	Criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs	Dar subsídio para apoiar o projeto da escola na elaboração do seu programa curricular, traz em seu bojo a criação dos temas transversais (ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, orientação sexual, temas locais) como obrigatórios no currículo oficial.
1998	Criação do Exame Nacional Ensino Médio - ENEM	Avaliação do desempenho escolar e acadêmico ao fim do ensino médio.
1999 -2003	<p>Ampliação do PNAE¹⁰</p> <p>Ampliação do PNLD¹¹</p> <p>Criação do Programa Dinheiro Direto na Escola.</p> <p>Criação do PROINFO¹²</p> <p>Criação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior -FIES</p>	<p>Fomentar a Educação, especialmente para a classe mais pobre. Oferecer material de apoio.</p> <p>Recursos financeiros para as prioridades.</p> <p>Capacitação e a atualização dos professores do Brasil</p> <p>Financiamento da graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas.</p>
2006 - 2015	Emenda Constitucional n. 53- Cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)	<p>Financiamento da educação básica, compreendendo agora suas três etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, com duração prevista para 14 anos.</p> <p>Instrumento que oferece um ponto de vista de educação alinhada aos</p>

¹⁰ Programa Nacional de Alimentação Escolar

¹¹ Programa Nacional do Livro Didático

¹² O Programa Nacional de Informática na Educação

Marco Temporal	Política Educacional	Característica
	<p>Criação do Plano de Desenvolvimento Educacional – PDE.</p> <p>Criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI)</p> <p>Ampliação do FIES</p> <p>Criação de 18 universidades públicas.</p>	<p>objetivos constantes na Constituição do Brasil.</p> <p>Concede bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes de baixa renda em cursos de graduação em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos.</p> <p>Amplia o prazo de carência para 36 meses; reduz a taxa de juros entre outros.</p> <p>Através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (Reuni).</p>
2017	Lei 13.415/2017	Reforma do Ensino Médio

Fonte: Vieira & Farias (2011).

Na tabela 2, é possível observar que antes da Constituição de 1988, a Educação não era prevista em Lei, pelo menos não de forma tão enfática, o que se pode conjecturar que, apenas por força da Lei, foi possível pensar a Educação de forma mais efetiva, e pensar a Educação prevista na Constituição como uma política Educacional, na qual o Art. 205 prevê que a educação, deve fomentar inclusão social e a formação de profissionais.

Porém, de antemão já se pode observar que existem contradições em relação à situação real da educação em nosso país, pois uma breve observação *in loco* na maioria das escolas públicas, podem comprovar que existem precariedades quanto a estrutura das escolas, professores sem a qualificação necessária e atuando em áreas diferentes daquelas para a qual foram formados, escassez de equipamentos, entre outros.

Além disso, existem problemas no que se refere ao processo de ensino aprendizagem dos alunos, estes muitas vezes causados nas relações familiares, que repercutem no comportamento das crianças. Também os demais artigos constitucionais, preveem princípios que sob os quais, a Educação deveria utilizar como paradigma, porém também neles, parece existir incoerências sérias entre a lei e a realidade.

Quanto ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa -PNAIC, que tinha como palavra de ordem erradicar o analfabetismo, também não foi suficiente para cumprir ao que se propôs, uma vez que, segundo dados do IBGE utilizando a Pesquisa Nacional por

Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), referentes o ano de 2016, o Brasil ainda contabiliza a triste realidade de 11,8 milhões de analfabetos, o que equivale a 7,2% da população acima de 15 anos.

Porém, a maior taxa de analfabetismo está concentrada na Região Nordeste, (14,8%), enquanto o Norte (8,5%), seguido do Centro Oeste (5,755), Sudeste (3,8%), e por último o Sul (3,6%).

A criação dos Parâmetro Curriculares Nacionais- PCNs, representaram um importante marco para a Educação, mas também apresenta fragilidades, sobretudo em relação ao ensino de língua estrangeira:

[..]... é preciso haver uma desconstrução da distorção implícita no discurso do legislador que assume e reconhece o lugar marginal, o contexto desfavorável no qual está inserido o ensino de língua estrangeira, mas que, ao invés de usar os instrumentos necessários para reverter esta situação, cria instrumentos que legitimam e perpetuam um sistema perverso no qual os opressores tentam transformar a mentalidade dos oprimidos, não a situação que os oprime” (Augusto, 200, p. 12).

A citação acima, se refere exclusivamente ao ensino da língua estrangeira, o que parece bastante sensato, uma vez que o que se pode observar também enquanto fragilidades na Educação brasileira, é a deficiência de aprendizado e domínio da própria língua portuguesa.

Em relação ao Exame Nacional do Ensino Médio- ENEM, como política de acesso ao Ensino superior, também existem aspectos questionáveis, como por exemplo:

A mobilidade resultante do uso de ENEM/Sisu ainda é baixa. Dados de 2012 [3, 4] demonstram que a mobilidade entre os estados é de somente 13,2%, consistindo, principalmente, de estudantes oriundos dos estados mais ricos (o PIB foi usado como principal indicador de riqueza). Os estados mais ricos da federação têm dominado significativamente a “exportação de alunos”, contribuindo majoritariamente para a mobilidade por intermédio da conquista de muitas vagas fora deles. Considerando-se a mobilidade apenas para os seis estados mais ricos do país (SP, RJ, MG, RS, PR e BA, em ordem decrescente de PIB), vê-se claramente que os

estados mais ricos dominam amplamente esse tipo de movimento estudantil (Silveira, Barbosa e Silva, 2015, *on line*).

Portanto, na linha inversa ao afirmado pelo governo, os alunos oriundos dos estados mais pobres não conseguem adentrar aos seis estados mais ricos do Brasil, pois as vagas são ocupadas pelos estudantes desses mesmos estados mais ricos. Segundo os autores, os estudantes paulistas dominam amplamente esse tipo de mobilidade, de onde se pode concluir que, o sistema ENEM não é exatamente para todos.

No momento atual, e em relação às políticas públicas para a Educação Infantil no Brasil, Alves (2009), adverte que partir de 1980, houve mais valorização da educação da criança e esta, se tornou ponto de pauta na agenda de discussão nos diversos espaços de políticas educacionais, e isso de acordo com o autor, se deve a dois principais fatores:

- 1) A Educação Infantil assume contornos de Educação formal, deixando de ter como característica principal a vertente do assistencialismo.
- 2) O Estado emerge como principal provedor da educação sob os diversos pontos de vista e perspectiva a ela inerentes, como a vertente Legal e Pedagógica.

Basicamente, tais transformações na Educação infantil se devem a fatores tais como, a crescente demanda por Educação escolar para as crianças com idade de zero aos seis anos, e isso está relacionado com a também crescente entrada da mulher no mercado de trabalho, o que de certa forma inviabiliza o cuidado integral da mãe para com a criança, e de profundas modificações na configuração familiar. O ponto de vista legal, se deve ao fato de que, exatamente pelos motivos acima pontuados, a sociedade civil e o governo se mobilizaram e concordaram quanto à necessidade do atendimento educacional às crianças de zero a seis anos. Tal feito, culminou no reconhecimento e previsão na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1998a).

Portanto, a Educação Infantil, como direito da criança, passa a ter previsão na Constituição Federal de 1988, no artigo 208, inciso IV, “[...] que é dever do Estado garantir o atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade” (Brasil, 1988). Na mesma direção, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n.9.394, de dezembro de 1996, ratifica e convalida o que já constava na Constituição Federal de 1988 no que se refere à educação infantil. O artigo 4, da LDB ratifica o encargo do Estado em garantir como educação escolar pública e gratuita, a Educação Infantil nas creches e pré-

escolas. Vale enfatizar que uma das principais alterações na política educacional brasileira que a LDB proporcionou foi na estrutura curricular.

Dessa forma, legalmente, a Educação Infantil para as crianças de zero aos seis anos está garantida. Mas, nas entrelinhas, segundo Bordim (2015, p. 83), é possível enxergar que [...]” nela, vê-se enraizado fortemente o eficientíssimo a qual a educação deve contemplar, e para tanto, um currículo voltado aos resultados fazia-se necessário.” Assim o autor aponta indícios de interesses externos na política educacional brasileira.

A outra vertente dessa política de Educação Infantil incide no campo pedagógico, pois a concretização de propostas não é para a educação infantil institucionalizada, supõe em outro fator de peso: a formação de professores para atuarem nessa área da educação. Além disso, implica também em infraestrutura física, materiais didáticos pedagógicos, e sobretudo as diretrizes curriculares sob as quais devem se desenvolver o processo de ensino aprendizagem das crianças. O currículo assume assim, uma posição de poder, prevendo uma educação voltada para resultados, pois é através de sua estrutura (previamente pensada) que se direcionarão as políticas públicas educacionais que deverão ser praticadas, conforme Bardim (2015, pp. 84-85)

É fato que o currículo não é feito apenas por si só; os agentes que o compõem possuem interferência elevada nos rumos de suas diretrizes. São esses agentes que definem que conteúdos ensinar, que métodos de avaliação adotar, que critérios internos definir para melhorar o rendimento dos alunos; que ambiente escolar será adotado pela instituição; que política de qualificação será adotada [...].

Dessa forma, a ingerência dos diversos agentes é tão grande, que determina quase que totalmente as diretrizes para as instituições que está elaborando/adotando. Nesse sentido, a elaboração do currículo assume contornos de política no sentido mais comum que a conhecemos, que é a praticada por governantes. Esse contexto, obriga o Ministério da Educação e do Desporto a organizar e publicar, em 1998, as diretrizes pedagógicas para a educação infantil. Tais diretrizes receberam a nomenclatura Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), que:

[...] constitui-se em um conjunto de referências e orientações pedagógicas que visam a contribuir com a implantação ou implementação de práticas educativas de qualidade que possam promover e ampliar as condições

necessárias para o exercício da cidadania das crianças brasileiras. (Brasil, 1998a, p.13)

Assim o documento assegura os princípios para a Educação Infantil, considerando inclusive, as especificidades inerentes ao público alvo, que são crianças de zero aos seis anos de idade. Mas, Libâneo (2015, p. 3), adverte que:

No âmbito das políticas oficiais, a pesquisa tem mostrado que as políticas educacionais aplicadas à escola nas últimas décadas têm sido influenciadas por orientações dos organismos internacionais, as quais produzem um impacto considerável nas concepções de escola e conhecimento escolar e na formulação de currículos. Estudos recentes indicam, por exemplo, que uma das orientações mais presentes nos documentos do Banco Mundial é a institucionalização de políticas de alívio da pobreza expressas numa concepção de escola como lugar de acolhimento e proteção social, em que um de seus ingredientes é a implementação de um currículo instrumental ou de resultados. Tais políticas trazem junto o desfiguramento da escola como lugar de formação cultural e científica e, em consequência, a desvalorização do conhecimento escolar significativo

Na citação acima, o autor aborda a relação da Educação com a pobreza, e no cerne dessa questão, se encontra a escola, e sobretudo o seu projeto pedagógico e também sua estrutura de gestão e de formação docente. Isto porque, para Libâneo (2015), as políticas educacionais no Brasil atualmente se encontram a serviço dos interesses dos organismos nacionais e internacionais que buscam adequar a escola aos interesses econômicos, e estes não comungam com os interesses e objetivos de uma escola que cumpra com o objetivo e função de promover a aquisição de conhecimentos, educar e libertar. Assim o autor indaga: *para que servem as escolas, principalmente, para que servem as escolas destinadas aos pobres?*

Tais questionamentos estão relacionados a uma questão maior, que se configura por ocasião da globalização e a internacionalização das políticas educacionais que se encontram inseridas em um movimento constituído por uma pluralidade de fenômenos como monetário, comercial e financeiro que recomendam políticas públicas para países emergentes ou em desenvolvimento.

Internacionalização da Educação significa a interferência nos sistemas e instituições educacionais de acordo com as expectativas das organizações internacionais ligadas às grandes potências econômicas mundiais, e para isso, a priori existe uma agenda globalmente desenhada para a educação, que serve de base para os documentos de políticas educacionais nacionais que são o conjunto de diretrizes legais, programas, etc.

Restritamente no Brasil, de 1990 até os dias atuais, houve a edição de vários regulamentos com o propósito de oferecer à população uma educação de qualidade e atingir a meta pré-estipulada para que, com isso, obtivesse investimentos e financiamentos de organismos internacionais, e mantivesse assim, seu crédito. Destacam-se duas regulamentações de grande relevância: a Constituição Federal de 1988 e a LDB de 1996, duas normas elaboradas antes e após a adoção de tais políticas. (Bordim, 2015. P. 83).

Isto se explica quando se observa instituições internacionais atuando no âmbito das diversas políticas sociais, de maneira especial a educação, e dentre os quais encontra-se a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura – UNESCO –, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD –, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID –, e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (Libâneo, 2016).

Mas, de acordo com Leher (1998, p. 129), tais interferências têm um preço:

A escola para os excluídos fica reduzida ao ensino fundamental empobrecido em termos de conteúdo científico, artístico e histórico social. Os demais níveis, crescentemente privatizados, estão reservados aos setores mais prósperos da sociedade; porém, também estes estão sendo degradados por reformas curriculares que empobrecem o caráter científico do conteúdo escolar. Esta situação é agravada pelo fato de tais modificações estarem sendo definidas em termos institucionais. Deste modo a segregação social é assumida como política deliberada do Estado.

Para o autor, as políticas educacionais estão sob a mira dos interesses dos organismos monetários, e a Educação acessível apenas para os mais favorecidos. Porém, isto implica em empobrecer o currículo de forma tal, que mesmo esses mais favorecidos tendem a sofrer com esse sistema de efeito “dominó” pois, a ciência de forma geral está empobrecida, uma vez que prioriza apenas os interesses de certa camada da sociedade, a tendência é que se esqueça

de fatores importantes para o progresso da ciência da Educação. Mas, a mais grave pontuação de Leher, é que todas essas políticas predatórias estão sendo definidas com o aval do Estado.

Frigotto e Ciavatta (2003, p. 93), coadunam em perspectiva com Leher (1998), ao assinalarem que:

Do ponto de vista da educação, ocorre uma disputa entre o ajuste dos sistemas educacionais às demandas da nova ordem do capital e as demandas por uma efetiva democratização do acesso ao conhecimento em todos os seus níveis. Os anos de 1990 registram a presença dos organismos internacionais que entram em cena em termos organizacionais e pedagógicos, marcados por grandes eventos, assessorias técnicas e farta produção documental.

No trecho acima, os autores mencionam que organismos internacionais marcam presença na Educação brasileira através de eventos que culminam em documentos e diretrizes para a educação. Ou seja, são os interesses internacionais atuando na Educação brasileira, sem sofrer qualquer questionamento.

Fazendo referência ao Ensino superior, e suas políticas públicas, Freitas (2011), corrobora com Leher, Frigotto e Ciavatta, ao mencionar que:

[...] a racionalidade política implícita nos processos de busca por governança tem defendido que os princípios do mercado sejam assimilados pelo sistema estatal. Assume-se que a inserção do país na economia globalizada exige a superação da forma burocrática pelo qual o Estado brasileiro vinha sendo administrado (Freitas, 2011, p. 64)

Desses postulados, é possível vislumbrar que as políticas educacionais no Brasil, na maioria das vezes, não são genuinamente brasileiras, e que aqui, não se discute nem as implicações pedagógicas e acadêmicas, mas ao menos que sejam levadas em conta a realidade do país, que em muito difere de outros, e demanda um sistema educacional condizente, que atenda às necessidades dos indivíduos e não das instituições que muitas vezes sequer atuam no país.

Bordim (2015), comunga com essa perspectiva quando aponta que [...]” onde as políticas curriculares de primeiro mundo estão sendo incorporadas nos países menos desenvolvidos, como ação a ser tomada, sem, no entanto, perceber seus ínterins, nuances e distanciamentos.” Tais distanciamentos significam exatamente a discrepância de cultura,

valores e crenças de um povo, que se vê imerso em imposições que não condizem com seus costumes. Além disso, tais interferências são fatos geradores de muitos questionamentos, uma vez que os países em desenvolvimento - alvo potencial de tais interferências - não possuem estrutura e nem tampouco investimentos necessários. Outra situação proeminente reside no sistema de avaliação, e também a incerteza quanto à realidade, ou falta dela nos resultados do sistema educacional, porque as avaliações não apresentam dados fidedignos, uma vez que estas avaliações não contemplam a infraestrutura, a capacitação/qualificação dos professores e os investimentos escolares, como foco de avaliação.

No que se refere à educação superior, é visível e amplamente divulgado o crescimento de instituições particulares de ensino. “A maioria das instituições de ensino superior no Brasil pertence à rede privada. Enquanto 87,5% delas são particulares, apenas 12,5% são públicas. Entre as instituições privadas, predominam os centros universitários (94%) e as faculdades (93%)”.¹³ Tais dados, indicam que esse crescimento tem como objetivo tornar a educação uma atividade financeiramente vantajosa.

A proporção revela um setor consolidado na economia. Nos últimos dois anos, o faturamento das instituições privadas de ensino superior cresceu 27% com novos cursos e matrículas. A receita bruta do setor, que em 2012 era de R\$ 28,2 bilhões, deve fechar este ano com R\$ 35,9 bilhões, segundo projeção da consultoria Hope.¹⁴

Como se pode observar, o setor movimenta altas cifras, confirmando a previsão dos autores mencionados que a educação no Brasil, pode ser um negócio lucrativo, e que não perde em nada para as grandes indústrias. Os dados acima são o resultado de uma pesquisa realizada por um veículo de comunicação (Gazeta do Povo), que também afirma que, nas universidades públicas, a relação aluno/vaga era de 12,2 candidatos, já nas instituições privadas essa relação é de 1,6.

Ou seja, o acesso é facilitado, porém, se manter no curso está diretamente relacionada com a posição financeira do aluno, pois as mensalidades costumam ser altas, e para atrair alunos de classes sociais mais baixas, os programas federais como o FIES, são um aliado importante. Também, a educação superior, com suas especificidades fomentadoras do

¹³ Fonte: <https://exame.abril.com.br/brasil/10-numeros-que-mostram-como-esta-o-ensino-superior-no-brasil/>.

¹⁴ Fonte: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/faculdades-privadas-ignoram-crise-e-mantem-crescimento-ed5ottwcf171yb4nnt2oesnda>

avanço da ciência, é campo fértil para o desenvolvimento de um cenário globalizado direcionado para a concorrência e a excelência dos resultados.

Frente a tais considerações é possível perceber que “neste viés, tem-se cada vez mais a inserção de Organismos Internacionais, como a UNESCO, ditando regras e regulamentando as políticas de cunho educacional, onde, segundo Lima e Maranhão (2011) em sua maioria estão associadas à ordem econômica.” Ou seja: existe a tendência mundial - orquestrada pelos países desenvolvidos - em tornar a educação um mecanismo a serviço da economia mundial.

Bordim (2015), argumenta ainda que a internacionalização da Educação superior está balizada sob dois aspectos principais: a) as universidades, faculdades e centros universitários devem se alicerçar sob disposições multiculturais; b) os estudantes e/ou docentes desenvolvem suas vidas profissionais, de forma a torná-las mais sedutoras para o mercado de trabalho. Isto ocorre por meio de uma unificação curricular para o ensino superior, o que implica - na visão dos Organismos Internacionais - facilidade para os alunos internacionalizarem seus currículos e seguirem suas vidas acadêmica em outro país, haja visto os convênios que permitem os chamados mestrado e doutorado sanduíches, além dos convênios de cursos *latu sensu* com complementação de carga horária em outros países.

Sob essa perspectiva, a internacionalização da educação superior tem como premissa o viés de formar profissionais úteis para o mercado na ótica capitalista, mas não críticos da sociedade na qual estão inseridos, e aqui, a exemplo do assinalado anteriormente em relação às escolas¹⁵, cabe indagar: a quem se destina a política curricular, ou, quais interesses a proposta curricular do ensino superior atende?

Por um lado, há a possibilidade de conhecimento de outras culturas, línguas, alargar os horizontes profissionais etc., mas, por outro, parece arriscado padronizar culturas e posturas sobretudo porque há de se considerar heterogeneidades políticas, econômicas e socioculturais de cada país. Com isso, vale ressaltar, que as políticas públicas via de regra, não configuram meras providências para responderem a determinada situação, nem aprovisionamentos para suprir eventuais necessidades da sociedade, o que não significa que elas não tenham também essa incumbência, porém, é necessário advertir que não é apenas isso.

¹⁵ Ver pag.15

1.3 Adolescentes Infratores

De acordo com a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos (SNDCA/MDH), no ano de 2016, o número de jovens apreendidos no Brasil foi 26.450. O relatório divulgado pelo MDH, traçou um perfil dos adolescentes apreendidos, conforme a tabela 3 a seguir:

Tabela 3

Perfil de Jovens apreendidos

Perfil	Percentual
Total de apreendidos	26.450
Sexo Masculino	96%
Cor Negra	59%
Faixa Etária	Entre 16-17 anos
Ato Infracional: Roubo	47%
Tráfico de Drogas	22%
Homicídio	10%
Estado com maior número de apreendidos:	São Paulo
Nº de profissionais para atender a demanda	32.465

Fonte: Elaborado pela autora com base em SNDCA/MDH

Conforme a tabela acima, é possível observar que a faixa etária predominante é entre 16 e 17 anos, e que o sexo masculino predomina de forma efetiva. Além disso, chamamos a atenção para o fato de que, os dados acima, são relativos ao ano de 2016. Porém, o Conselho Nacional de Justiça (DMF/CNJ) divulga dados referentes ao ano de 2018, conforme tabela 4 a seguir:

Tabela 4

Dados Estatísticos de Jovens Apreendidos

Total de adolescentes Internados no Brasil	22.203
Sexo Masculino	21.362
Sexo feminino	841
Estados com maior incidencia	
São Paulo	7.911
Rio de Janeiro	1.654
Minas Gerais	1.518
Pernambuco	1.311
Rio Grande do Sul	1.208

Elaborado pela autora com base no sítio eletrônico em <http://www.cnj.jus.br>

Tabela 5

Total de adolescentes internados por sentença/ por 10 mil habitantes e por 100 mil habitantes.

Estado	População 2018	Total por sentença	Total por 10 mil habitantes	Total por 100 mil habitantes
AC	869.265	545	6,27	62,7
AL	3.322.820	198	0,60	6,0
AM	4.080.611	39	0,10	1,0
AP	829.494	66	0,80	8,0
BA	14.812.617	556	0,38	3,8
CE	9.075.649	696	0,77	7,7
DF	2.974.703	660	2,22	22,2
ES	3.972.388	727	1,83	18,3
GO	6.921.161	267	0,39	3,9
MA	7.035.055	286	0,41	4,1
MG	21.040.662	1.275	0,61	6,1
MS	2.748.023	205	0,75	7,5
MT	3.441.998	139	0,40	4,0
PA	8.513.497	305	0,36	3,6
PB	3.996.496	364	0,91	9,1
PE	9.496.294	1.074	1,13	11,3
PI	3.264.531	107	0,33	3,3
PR	11.348.937	695	0,61	6,1
RJ	17.159.960	1.373	0,80	8,0
RN	3.479.010	165	0,47	4,7
RO	1.757.589	157	0,89	8,9
RR	576.568	64	1,11	11,1
RS	11.329.605	1.027	0,91	9,1
SC	7.075.494	299	0,42	4,2
SP	45.538.936	6.740	1,48	48,8
SE	2.278.308	193	0,85	8,5
TO	1.555.229	60	0,39	3,9
TOTAL	208.494.900	18.282	0,88	8,0

Fonte: <http://www.cnj.jus.br>

Com base nas informações da tabela 5, o Estado de São Paulo lidera em número de apreendidos por sentença, mas, isso se explica pelo fato de também ser a maior em população. Freitas e Ramires (2010) lembram que a criminalidade é constituída de diferentes fatores, sobretudo no Brasil ela é uma realidade com bases concretas. No caso dos Jovens, parece viável dizer que envolve sua formação, local de residência, estrutura familiar, renda e escolaridade.

Frente a esse cenário, e sobretudo, considerando os números apresentados nas tabelas 4 e 5 acima, vale advertir que as políticas socioeducativas, desenhadas pelo Estado e implementadas pelas instituições responsáveis pela reinserção dos adolescentes na vida social, indicam ineficiência, pois os números apresentados pelo Conselho Nacional de Justiça e transportados para o presente estudo, indicam a urgente necessidade de reformulação dessas políticas.

É certo que o envolvimento de Jovens em infrações criminais, se deve a um conjunto de fatores que vão desde bases familiares desestruturadas até consumismo desenfreado, como assinalam Freitas e Ramires (2010 pp. 5-6):

Um aspecto importante a ser abordado refere-se à pobreza ou à falta de acesso aos objetos de desejo determinados pela sociedade de consumo, que tem o domínio sobre o mundo contemporâneo. Tais situações se transfiguram em prisão, pois nem todas as pessoas têm acesso ao consumo. Com isso, o menor, desprovido de recursos, envolve-se em furtos e roubos, objetivando-se a adquirir aquilo que desejam de maneira ilícita

Dessa forma, os autores assinalam que os adolescentes via de regra, são mais propensos a cometerem delitos em consequência de fatores econômicos e de consumismo. Porém, complementa-se esse pensamento chamando a atenção para o fato de que, se houver uma base familiar sólida, com bons princípios, os indivíduos mesmo que jovens e imaturos, terão mais chances de superarem os problemas comuns a essa fase da vida, superando inclusive eventuais dificuldades financeiras e econômicas.

Ou melhor, os fatores que normalmente representam o motivo pelo qual os jovens entram em conflito com a lei, existem, são reais, mas, nem todos os jovens se deixam levar por eles, e muito provavelmente, o que faz a diferença é a base familiar. Entretanto, a fase da adolescência, apresenta particularidades reais. Amaral (2007 p. 8) assinala que o jovem apresenta características psicológicas tais como:

[...]A experiência de ter um corpo em mutação leva a conflitos com a autoimagem, fazendo com que ora sinta orgulho ora sinta vergonha do próprio corpo. Apesar de todas essas modificações, o adolescente precisa dar uma continuidade à sua personalidade, ou seja, precisa saber quem ele é, em que está se transformando, para assim reconstruir sua identidade

Ou seja: a adolescência é uma fase de desenvolvimento, descobertas, afirmações e da necessidade de pertencer a um grupo.

Nos campos teóricos da Psicologia Social, da Educação, Antropologia e do Serviço Social, [...]centram na defesa de certa “naturalidade” da agressividade nesta etapa da vida, outras vão entendê-la como uma condição que se agrava com a sociedade de consumo e a desorganização das massas, outras ainda vão localizá-la em certa feição da cultura na contemporaneidade que vai determinar relevos temporais e espaciais que configuram as relações entre os jovens. (Cassab, 2005, pg. 50).

Assim, os adolescentes realmente apresentam características biológicas, sociais e culturais que lhes são peculiares, e são tão importantes e reais, que a literatura sobretudo a sociologia e psicologia vem dedicando estudos a essa fase tão conturbada dos indivíduos. Quanto ao sentido de pertencimento Amaral (2007 p. 8) corrobora Cassab (2005) quando diz:

Basta olhar para um grupo de adolescentes: as vestimentas são semelhantes, o modo de falar (às vezes, criando um “idioma” próprio), os lugares frequentados, os interesses, tudo é absolutamente semelhante. Neste momento, o jovem se identifica muito mais com seu grupo do que com os familiares.

Esse sentido ou necessidade de pertencimento, ao qual a autora se refere, está impressa na realidade dos jovens, mas, é exatamente aí que eles podem se encontrar mais vulneráveis, pois dependendo do meio no qual o indivíduo encontra-se inserido, ele pode correr riscos reais.

Se o grupo ao qual ele busca pertencer for um grupo constituído por jovens de bom caráter, oriundos de famílias estruturadas, a tendência é que ele se insira nessa realidade, mas, se ao contrário, o grupo for constituído por elementos de caráter duvidoso, sem bases familiares sólidas que não valorizam bons princípios, ele corre sérios riscos de trilhar caminhos equivocados.

Portanto, os problemas inerentes aos adolescentes são reais, são objeto de preocupação, de obras literárias e de políticas públicas no sentido de cuidar dos jovens nos diversos aspectos de sua vida, sobretudo os jovens mais vulneráveis e que se envolvem em

conflitos com a Lei. No Brasil, uma das principais representações dessa preocupação é o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA.

1.4 O Estatuto Criança Adolescente – Breves Conceitos

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) tornou-se principal norte no Direito da Infância e Juventude no Brasil, é nele que está preconizado a proteção integral do menor como regulamentação de seus princípios.

Antes da instituição do ECA, as diretrizes inerentes as crianças e ao adolescente eram regulamentadas pelo direito penal, e assim, as medidas aplicadas eram de fato as medidas repressivas. Nessas condições, não eram previstas qualquer garantia quanto ao direito da criança e do adolescente, nem tampouco apoio familiar.

De início, o ECA em seu artigo 2º consta: “ Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Dessa forma, é notório, que as diretrizes previstas no ECA, se aplicam exclusivamente aqueles menores de 18 anos de idade.

Além disso, a aplicabilidade do Estatuto, prevê outras distinções, como por exemplo as medidas previstas para crianças e as previstas para o adolescente, no caso de crianças as medidas aplicáveis serão de proteção, já a medida aplicada ao adolescente será de caráter socioeducativo.

O ECA tem suas bases constituídas à luz da Constituição Federal e no tocante à Proteção à criança assegura que o Estatuto, e a família têm o dever de proteger a criança e ao adolescente, garantindo prioritariamente, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, além de cultura, dignidade, respeito, como também a liberdade e à convivência familiar e comunitária. Estão previstos também garantir a segurança e proteção quanto a discriminação, exploração, agressão, crueldade e abuso, nos termos do artigo 227 da Constituição Federal:

Esta foi a forma de entender de Alexandre Moraes (2007, p. 40):

A constituição brasileira seguiu a tendência internacional consagrada do art. 1º da Convenção dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, que estabelece ser criança todo ser humano com menos de 18 anos. Dessa forma, a criança tem direito a uma proteção especial ao seu

desenvolvimento físico, mental, espiritual, social, por meio de uma forma de vida saudável e normal e em condições de liberdade e dignidade.

Dessa forma, a CF dá uma tratativa diferenciada para os indivíduos desprovidos de condições favoráveis, com esse fundamento privilegia instituições como o Estado, a sociedade, e os pais, no tocante à proteção dos indivíduos. O Estatuto é constituído de forma bastante extensa, e não é o foco da presente pesquisa, esmiuçá-lo, razão pela qual elege-se os principais artigos que tratam do presente objeto de estudo, e dentre os quais:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - Direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - Direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - Acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Assim, o Estado tem o comprometimento de assegurar o direito à Educação, Cultura, Esporte e Lazer. Além disso, nesse artigo é assinalado a importância da educação na vida dos indivíduos.

Entretanto, para que tais princípios se tornem realidade, cabe aos pais as providências de ingresso e acompanhamento das crianças na Escola. Portanto, o Estado prevê por Lei, direitos da criança e adolescente, mas, sem o amparo familiar e acompanhamento educacional, o projeto de vida das crianças e adolescentes podem ficar comprometidos.

Avançando para o artigo 112, o ECA prevê um conjunto de medidas socioeducativas, com aplicabilidade aos adolescentes que comentem algum ato infracional.

Assim, está expresso no Art. 112:

Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

I – Advertência;

- II – Obrigação de reparar o dano;
- III – prestação de serviços à comunidade;
- IV – Liberdade assistida;
- V – Inserção em regime de semiliberdade;
- VI – Internação em estabelecimento educacional;
- VII – qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

Ou seja: as medidas variam de acordo com a infração cometida pelo menor adolescente, e inicia com advertência culminando em internação em estabelecimento educacional. O artigo consta ainda os seguintes parágrafos:

§1º. A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

§2º. Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado.

§3º. Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições.

Sendo assim, as medidas socioeducativas serão aplicadas ao menos infrator, que na ocasião da infração, estejam incluídos na faixa etária entre 12 e 18 anos. Também estão previstas no ECA, medidas socioeducativas de caráter mais pedagógico, com o intuito de ressocialização para jovens que estão em divergência com a lei.

Entretanto, trataremos mais cuidadosamente da medida VI que se refere a internação em Instituições Educacionais, por ser o foco principal da presente pesquisa: Nesse momento, revisita-se o artigo. 121 do ECA que menciona a medida de internação, nas seguintes condições:

§ 1º. Será permitida a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário.

§ 2º. A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses.

§ 3º. Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos.

§ 4º. Atingido o limite estabelecido no parágrafo anterior, o adolescente deverá ser liberado, colocado em regime de semiliberdade ou de liberdade assistida.

§ 5º. A liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade.

§ 6º. Em qualquer hipótese a desinternação será precedida de autorização judicial, ouvido o Ministério Público.

De todas as medidas previstas no ECA, a internação é a mais severa pois afeta a integridade física e psíquica, motivo pelo qual, sua aplicação deve ser tão-somente quando outras medidas já tiverem sido aplicadas e não tiverem surtido o efeito esperado.

Segundo Liberati (2003, p.116):

A internação tem finalidade educativa e curativa. É educativa, quando o estabelecimento escolhido reúne condições de conferir ao infrator escolaridade, profissionalização e cultura, visando a dotá-lo de instrumentos adequados, para enfrentar os desafios do convívio social. Tem finalidade curativa, quando a internação se dá em estabelecimento ocupacional, psicopedagógico, hospitalar ou psiquiátrico, ante a ideia de que o desvio de conduta seja oriundo da presença de alguma patologia, cujo tratamento, em nível terapêutico, possa reverter o potencial criminógeno do qual o menor infrator seja portador.

Na citação acima, o autor defende que a medida de internação só será eficaz se for realizado em um estabelecimento adequado, com profissionais especializados nas áreas de psicologia, pedagogia, e sobretudo portadores de um conjunto de competências habilidades e atitudes condizentes com o que os jovens requerem.

2 EDUCAÇÃOES

2.1 Educação Especial

Prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, - LDB – Lei 9394/96, a Educação Especial prevê um tipo de Educação que abrange um leque maior de alunos.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

O artigo da LDB que se refere especificamente, a Educação Especial, se refere a uma Educação que visa abranger todos os indivíduos, e com a prerrogativa de que estes, sejam atendidos na rede regular de ensino, e não em escolas exclusivas para alunos com necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

§ 3º A oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018).

Conforme o referido artigo e seus parágrafos, “o atendimento será feito em classes escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas do aluno, não for possível integrá-lo à rede regular. Isto significa que mesmo o aluno não apresentando condições de frequentar uma sala de aula, ele, ainda assim, deverá ser assistido em termos de Educação.

Como é sabido, existem diversas teorias pedagógicas, e no Brasil, atualmente, por força da Lei, existe a Educação Especial que tem como objetivo principal, proporcionar ao

educando, condições para que ele possa exercer sua cidadania em condições para o trabalho. Estas são as mesmas diretrizes e objetivos da educação geral tradicionalista, contudo, há diferenças fundamentais entre ambas: o local de atendimento, tipo de material didático, currículo de trabalho, profissionais envolvidos e individualização do atendimento.

Os preceitos da educação especial consistem sob uma modalidade de ensino constituída por um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais. Estas são as condições e garantias para uma educação formal aos que apresentam necessidades distintas da maioria das crianças e/ou jovens.

Nesse sentido, a Educação Especial prevê atendimento Educacional diversificado, e dentre esses, estão, a Educação Inclusiva, a Educação de Jovens e Adultos, e a Educação carcerária, objeto da presente pesquisa.

2.2 Educação Carcerária

No conjunto de normas educacionais nacional, a educação escolar na prisão está inserida na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394 de 1996, define, em seu artigo 37, essa modalidade como aquela destinada “a pessoas que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”.

As pessoas presas, assim como quaisquer outras, têm o direito humano à educação. No plano internacional, destaca-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que, em seu artigo 26, estabelece o direito à educação, cujo objetivo é o pleno desenvolvimento da pessoa e o fortalecimento do respeito aos direitos humanos. Entende-se que os direitos humanos são universais (para todos e todas), interdependentes. A educação escolar nas prisões: uma análise a partir das... (estão relacionados entre si e nenhum tem mais importância que outro), indivisíveis (não podem ser fracionados) e exigíveis perante o Estado em termos jurídicos e políticos. (Oliveira, 2013, p. 957-958).

Dessa forma, a Educação atinge todo e qualquer indivíduo brasileiro, e sob quaisquer circunstâncias de suas vidas, inclusive quando se encontram sob medida sócio educativa do Estado.

Especificamente no que concerne à Educação de adolescentes em conflito com a Lei, também está prevista no Estatuto da Criança e Adolescente – ECA 2017 – em seu *capítulo IV – seção I – Disposições Gerais – art. 112: Inciso 6: prevê: Internação em estabelecimento Educacional*. Estabelecimento este, que será estudado ao longo da presente pesquisa.

O Órgão responsável por prover essa modalidade Educacional é o Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN, através da Coordenação de Educação, Esporte e Cultura da Coordenação-Geral de Promoção da Cidadania.

Porém, de acordo com página eletrônica do DEPEN, os Estados e o Distrito Federal executam diretamente as ações junto às Instituições carcerárias.

As ações educacionais são executadas diretamente pelos Estados e pelo Distrito Federal, com apoio e fomento do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério da Educação. As Secretarias Estaduais, Municipais e Distrital de Educação articulam a oferta educacional juntamente com as Secretarias Estaduais responsáveis pela Administração Penitenciária, ampliando as ações da rede pública de ensino para o sistema prisional brasileiro.

Vale destacar que as pessoas privadas de liberdade possuem seus direitos fundamentais, e dentre os quais encontra-se a Educação, que assume nesse cenário, um papel transformador na sociedade, e em particular, para o indivíduo preso, ela transcende ao caráter Educativo, impactando na vida do detento sob diversos aspectos, inclusive no tocante à remissão de pena.

Em relação as ações Educacionais, o ano de 2012 representou um marco, pois no referido ano, as Unidades prisionais foram incentivadas a elaborarem Planos Estratégicos de Educação nos sistemas prisionais, os chamados PEESPs. Os planos foram resultado da integração das Secretarias de Educação e de Administração Prisional dos Estados, e a princípio, traçou um perfil e estabeleceu metas a serem cumpridas no ano de 2013 e 2014.

Especificamente, na cidade do Rio de Janeiro, - local onde a presente pesquisa se realiza – o Ofício em Conjunto n' 03/2014- DIRPP/DEPEN/MJ e DPAÉJA/SECADI/MEC, enviado ao Departamento Penitenciário Nacional / Ministério da Justiça, no tocante à escolarização de presos o cenário se encontra conforme a tabela 6 a seguir:

Tabela 6

Nível de Escolaridade, quantitativo e percentual dos presos

Escolaridade	Quantidade	Percentual
Nº de presos analfabetos	598	2,2%
Em alfabetização	1.357	4,6%
Fundamental Incompleto	23.051	51%
Fundamental completo	4.118	11%
Ensino Médio Incompleto	2.326	4%
Ensino Médio Completo	2.479	5%
Ensino Superior Incompleto	249	0,6%
Ensino Superior Completo	216	0,5%
Pós-Graduação completa	03	0,1%
Instrução não declarado	9.129	19%
Sem Informação	53	2%
TOTAL	43.489	100%

Fonte: SIPEN, em 04 de agosto de 2015

De acordo com o demonstrativo acima, é possível observar, que a grande maioria dos presos têm o Ensino Fundamental incompleto, o que já pode representar um importante indicador, em termos de importância da Educação na vida dos indivíduos.

As ações de Educação promovidas pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC, e viabilizadas pelas respectivas Secretarias e Educação Estaduais e que os presidiários podem ter acesso são:

- ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) é um mecanismo de seleção aplicado ao término da educação básica, e visa conhecer o desempenho do estudante, certificando o mesmo e habilitando-o para o ingresso no ensino superior.
- ENCCEJA (Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos), destinado exclusivamente às pessoas que não concluíram o Ensino Fundamental em idade apropriada.
- Promovem Urbano Prisional - destinado exclusivamente aos jovens entre 18 e 29 anos que se encontram privados de liberdade visa a conclusão do ensino fundamental acrescido de qualificação profissional inicial e participação cidadã
- Programa Brasil Alfabetizado (PBA) Este Programa é desenvolvido em todo o país e é resultado de parceria entre o Ministério da Educação e Cultura –

MEC e Ministério da Justiça –promove maior integração entre as Secretarias Estaduais de Educação e as Administrações Prisionais nas unidades penais. Visa superar o analfabetismo na população carcerária do país. Vale ressaltar que a população carcerária tem sido priorizada nas Resoluções do Fundo Nacional Desenvolvimento da Educação – FNDE, que orienta e define critérios e métodos para o financiamento do programa e pagamento de bolsa aos voluntários/alfabetizadores.

- Educação de Jovens e Adultos (EJA), estabelecida pelas Resoluções FNDE n.º 48 de 2012 e 2013, determinam a alocação de recursos financeiros pleiteados por estados, municípios e pelo Distrito Federal para custear novas turmas de EJA oferecidas pelas redes públicas de ensino, com recursos do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação).
- Programa Brasil Profissionalizado custeia a construção de módulos e equipamentos mobiliário e recursos pedagógicos de educação nas unidades prisionais de regime fechado do país.
- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), instituído pela Lei 12.513/2011, oferece cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para a população brasileira, porém, o sistema prisional foi inserido nas ações do PRONATEC desde 2013, após acordo firmado entre os Ministérios da Justiça e da Educação, no qual foi prevista a oferta de 90 mil vagas às pessoas privadas de liberdade, aos egressos e cumpridores de alternativas penais.

Vale ressaltar que, de acordo com informações constantes na página eletrônica do Depen, a gestão penitenciária não interfere nas decisões sobre número de vagas por curso, tipos do público e municípios (unidades prisionais) a serem beneficiadas, deixando tais critérios a cargo das Unidades Federativas

Quanto aos recursos financeiros, ainda de acordo com o Depen, não é previsto qualquer movimentação entre MJ e MEC. O Ministério da Educação, é o responsável direto pelos pagamentos diretamente às instituições de ensino ofertantes das vagas. No que se refere à bolsa-auxílio, os alunos do Pronatec Prisional gozam dos mesmos direitos do

Pronatec dos outros Ministérios, os quais estão normalizados na Resolução FNDE nº 03/2012 e Resolução FNDE nº 04/2012.

2.3 A educação de Jovens Infratores

No Brasil, o ano de 2012 representou um marco acerca de deliberações legais quanto a Educação prisional, e também especificamente sobre Educação de Jovens em conflito com a Lei. Isso se deu com base na lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012 que estabelece o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), além disso:

[...] regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nos 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943. (Brasil, 2012).

Dessa forma, é com base na referida Lei que as medidas socioeducativas em relação aos adolescentes no Brasil, devem ocorrer. Vale assinalar que a partir da promulgação da Lei, a nomenclatura mais apropriada para se referir aos Jovens em conflito com a Lei, quando se refere a apreensão dos mesmos é “Medida Socioeducativa” em detrimento de termos como prisão, apreensão custódia e afins.

Nesse contexto, foi criado o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo altamente embasado nas diretrizes constantes no Estatuto da Criança e Adolescente, na Resolução Conanda 119/2006 e na LF 12.594/2012, traz em seu bojo objetivos a serem alcançados, metas a serem cumpridas e estabelecimento de datas para o atingimento dos objetivos e metas. Basicamente o Plano estabelece três objetivos principais:

1. Os adolescentes são sujeitos de direitos, entre os quais a presunção da inocência.
2. Ao adolescente que cumpre medida socioeducativa deve ser dada proteção integral de seus direitos.

3. Em consonância com os marcos legais para o setor, o atendimento socioeducativo deve ser territorialidade, regionalizado, com participação social e gestão democrática, intersetorialidade e responsabilização, por meio da integração operacional dos órgãos que compõem esse sistema. (Brasil 2015, pp 10 e 11).

Isto significa dizer que à Luz do Plano em questão os jovens em conflito com a Lei, quando em medidas socioeducativas, são passíveis de presunção de inocência com proteção dos direitos. Ou seja: ele por lei faz jus a tratamento diferenciado de um adulto infrator.

Ainda com base no ECA, é prevista a internação do adolescente infrator em estabelecimento educacional. Essa medida restringe a liberdade do menor, mas, como já assinalado, o artigo 121 estabelece que a internação não poderá exceder o prazo máximo de três anos, sendo compulsória a liberação do menor que completar vinte e um anos de idade.

Não se objetando às reais intenções do Legislador, mas, sem se furtar ao fato de aqui, se fazer graves assinalações as Leis vigentes temos que:

Alguns infratores chegam até a rir dos policiais envolvidos na ocorrência, pois sabem que, na maioria dos casos, vão sair da Delegacia de mãos dadas com os pais. Sendo assim, é impossível negar a repercussão social gerada nesses casos, uma vez que a impunidade do menor infrator acaba servindo de estímulo para a prática do crime, fortalecendo ainda mais o comércio das drogas ilícitas. (Neto, s/d)¹⁶.

Isto ocorre porque à Luz da Lei brasileira, o menor de idade não comete crime, e sim ato infracional, estando sujeito apenas às medidas socioeducativas previstas no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Essas medidas socioeducativas contemplam a Educação dentro das Instituições e a consolidação da política de atendimento socioeducativo que no estado do Rio de Janeiro tem como instituição integrante do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, o Departamento Geral de Ações Socioeducativas - Novo Degase, que é um órgão que constitui a Secretaria de Estado de Educação, com a finalidade de promover educação no Estado do Rio de Janeiro.

¹⁶ Disponível em: <https://franciscosannini.jusbrasil.com.br>).

O Novo DEGASE foi criado pelo Decreto nº 18.493, de 26/01/93, é vinculado ao Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, responsável pela efetivação das medidas socioeducativas, recomendado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aplicadas pelo Poder Judiciário aos jovens em conflito com a lei, e abrange as seguintes Unidades de Internação:

- Centro de Sócio educação Dom Bosco Ilha do Governador -RJ
- Centro de Sócio educação Gelso de Carvalho Amaral (CENSE-GCA) - Ilha do Governador-
- Centro de Sócio educação Irmã Asunción de La Gándara Ustara -Volta Redonda – Rio de Janeiro
- Centro de Sócio educação Professora Marlene Henrique Alves – Campos. Dos Goytacazes/RJ.
- Centro de Sócio educação Professor Antônio Carlos Gomes da Costa. Ilha do Governador -RJ
- Escola João Luiz Alves (EJLA) Ilha do Govenador/RJ
- Educandário Santo Expedito (ESE) Bangu/RJ
- Centro de Atendimento Intensivo Belford Roxo (CAI-Baixada)

Unidades de Semiliberdade Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente (Criaad)

- Criaad Ilha do Governador
- Criaad Bangu
- Criaad Penha
- Criaad Santa Cruz
- Criaad Niterói
- Criaad São Gonçalo
- Criaad Duque de Caxias
- Criaad Nilópolis
- Criaad Nova Iguaçu
- Criaad Barra Mansa
- Criaad Volta Redonda
- Criaad Cabo Frio
- Criaad Macaé

- Criad Campos dos Goytacazes
- Criad Teresópolis.

Dentre as unidades socioeducativas descritas acima, encontra-se o Centro de Sócio educação Professor Antônio Carlos Gomes da Costa, Ilha do Governador, RJ, que abriga geograficamente a Escola Luiza Mahin, objeto de pesquisa do presente estudo.

A Unidade substitui assim, o Instituto Padre Severino, com a finalidade de atender as diretrizes legais no que concerne às medidas socioeducativas de jovens em conflitos com a lei.

Isto posto, vale assinalar que a Educação no âmbito do DEGASE foi preconizada pelo Plano Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro-PASE-RJ, e no que diz respeito à Educação propriamente dita preconiza:

[...]1) consolidar parcerias com Órgãos executivos do Sistema de Ensino visando o cumprimento do capítulo IV (em especial os artigos 53, 54, 56, e 57) do ECA e, sobretudo, a garantia de regresso, sucesso e permanência dos adolescentes na rede formal de ensino; 2) redirecionar a estrutura e organização da escola (espaço, tempo, currículo) de modo que favoreça a dinamização das ações pedagógicas, o convívio em equipes de discussões e reflexões e que estimulem o aprendizado e as trocas de informações, rompendo, assim, com a repetição, rotina e burocracia (Degase, 2012, p. 129-130)

Dessa forma, o DEGASE cria condições formais para que a Educação de seus internos sejam uma realidade. No entanto quando se fala em jovens e adultos em conflito com a lei também estamos falando de Educação Carcerária uma vez que após o período de internação estes estarão de volta ao convívio social e, em casos de sucesso, dando continuidade à sua escolarização na EJA com vistas a alternativas para uma profissionalização. Entretanto, falar de Educação, seja ela em qualquer âmbito e nível, implica necessariamente, falar em formação de professores, uma vez que a primeira, é resultado da última.

2.4 Breves considerações acerca da Formação Docente

Para exercer a profissão docente, atualmente no Brasil, o indivíduo se submete a um conjunto de diretrizes legais, mais especificamente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – lei 9394/96:

Art. 61. A formação de profissionais da educação, [...], terá como fundamentos: I – a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço; II – aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades. Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade Normal. Art. 63[...], III - programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis. [...].

Frente a essas deliberações, Azanha, (2004), assinala que o Art. 62 da LDB é explícita a respeito das instituições formadoras de docentes, em nível superior, para atuar na educação básica que será oferecida em dois âmbitos: a) aquela oferecida pelas universidades e b) aquela a ser ministrada em institutos superiores de educação.

A LDB/96, também registra a preocupação com a função social da educação. Azanha (2004), ressalta que a lei modificou os sistemas educacionais do Brasil e essas mudanças impactaram a formação dos docentes no País. Em seu artigo 1º, a Lei diz que “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (LDB, 1996). Entende-se, portanto, que, para o Estado, a educação deve abranger todos os campos da atividade humana, o que remete a uma compreensão da educação humana como algo contínuo e, em decorrência disso, o processo educativo, além de amplo, é sucessivo e presente em todos os ciclos da vida.

Dessa forma, mais uma vez, chama-se atenção para a importância do professor na formação do indivíduo em todas as faixas-etárias, e voltando na LDB, é importante que se pense a respeito dos requisitos básicos necessários à formação do professor para atender a

tal realidade, e muitas vezes, transcender às diretrizes e espaços meramente escolares, pois muitas vezes o professor precisa atuar em frentes que ultrapassam o limite da simples docência.

Na sociedade atual, com a inversão de valores e sentidos de vida, os professores muitas vezes, acabam por assumir tarefas que não são suas. Diante disso, Hagemeyer (2004), indaga de que forma reconfigurar as funções docentes frente à validação de todas as novas posturas sociais? Nóvoa (1995), pontua que as alterações no sistema de ensino, impõe por um lado, uma legítima socialização divergente, de uma sociedade pluralista, com modelos de educação contrários, provenientes de valores distintos e contraditórios e, por outro lado, a desigualdade inerente à sociedade multicultural. Isso, implica em ação diversificada na atuação do professor.

No tocante à educação, as demandas do mundo moderno determinam não só novas posturas e técnicas educacionais, mas, sobretudo a formação, capacitação e qualificação de professores atualizados e dispostos a atuarem sob essa nova configuração de mundo.

A instituição escolar se vê compelida a uma reavaliação do seu papel junto à sociedade e de seu formato de ação para com o educando. Frente a uma nova configuração de família, as novas demandas do mercado de trabalho e com novas posturas de gestão, a escola se vê obrigada a se adequar a tais mudanças, especialmente no que diz respeito à formação dos alunos, uma vez que a realidade vem indicando que apenas desenvolvimento psicológico e cognitivo, não são suficientes, questões éticas e de cunho moral devem também ser levadas em conta.

Nesse contexto, torna-se imprescindível novos saberes aplicados ao papel do professor bem como sua formação, visando capacitação para cumprir tais funções. A formação docente em determinado momento, exigia apenas competências e saberes necessários para uma boa atuação em sala de aula, condições estas, adquiridas normalmente através dos conteúdos das disciplinas tradicionais, como português matemática e etc. Entretanto, as Diretrizes Curriculares para a formação inicial dos professores deve ir além dessa abordagem simplesmente de conteúdo apontando outros elementos imprescindíveis no processo de formação inicial, dentre os quais e de forma essencial, o exercício da pesquisa. Nesse sentido Mota et al, (2012, *on line*) escreve:

[...]. Cabe ao professor estimular a curiosidade de seu aluno, deixando-o livre para aventurar-se no mundo do saber, respeitando sua autonomia e

sua dignidade, sendo tolerante com suas dificuldades, facilitando a superação da mesma. Neste sentido, percebe-se a importância da formação de um professor reflexivo/pesquisador para formação de um profissional capaz de analisar sua própria prática e através desta análise aprimorar sua prática pedagógica no sentido de formar cada vez mais pessoas capazes de pensar, formar para o pensamento e não simplesmente para a recepção de informações.

Ou seja, o professor é aquele que pesquisa ou que reflete sobre o seu fazer profissional, que pensa, que elabora baseado nessa prática. Portanto, isso significa dizer que um professor não se faz apenas com boas teorias, é necessário mergulhar na prática com afinco. É uma busca constante de um saber mais, e de um fazer melhor.

3 METODOLOGIA

3.1 Problema e objetivos

O problema da pesquisa colocada na Introdução foi: Qual o papel da Educação enquanto política pública e como alternativa para Jovens em conflito com a Lei? Diante disso, se impõem as seguintes questões de estudo:

O objetivo geral foi analisar o papel da Educação como política pública e alternativa para Jovens em conflito com a Lei na visão de professores e atores do Colégio Estadual Luiza Mahin/DEGASE/RJ, no bairro da Ilha do Governador na cidade do Rio de Janeiro.

Os objetivos específicos foram: Descrever o perfil das adolescentes em medida socioeducativa na DEGASE/RJ; verificar a importância da Educação para os jovens, na visão dos professores que lidam diretamente com esses jovens; caracterizar a formação dos professores que atuam no Colégio Estadual Luiza Mahin /DEGASE/RJ.

3.2 Variáveis da pesquisa.

- I. Gênero das adolescentes;
- II. Raça das adolescentes;
- III. Classe social das adolescentes;
- IV. Disciplinas formativas das alunas;
- V. Frequência escolar;
- VI. Fatores positivos das escola;
- VII. Formação universitária dos professores;
- VIII. Tempo de trabalho dos professores;
- IX. Formação de pós-graduação dos professores;
- X. Formação de capacitação dos professores;
- XI. Quantitativo de turmas.

3.3 População, amostra e participantes

Para Lakatos e Marconi (2003, p. 223), universo ou população “é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum”. Dessa forma, a técnica de amostragem do presente estudo é probabilística pois todos os elementos da população, possuem as mesmas chances de participarem. Sampieri & Collado (2013). Esses sujeitos se apresentam caracteristicamente inseridos no conceito postulado pelas autoras, visto que todos apresentam as características necessárias para o que se postula com a pesquisa, por isso, a população a ser investigada abrangerá os professores que atuam na Escola que recebe Jovens em conflito com a Lei, em cumprimento de medida socioeducativa em Instituições destinadas à sua ressocialização, cuja amostra serão todos os professores que

ministram aulas regularmente na Escola Colégio Estadual Luiza Mahin, situada nas dependências de uma unidade do DEGASE/RJ, localizado no bairro da Ilha do Governador na cidade do Rio de Janeiro e que lidam diretamente com os jovens em cumprimento de medida socioeducativa na Instituição, portanto, todos os elementos da população.

A amostra foi composta por um total de dezoito (dezoito) professores que atuam na Escola Colégio Estadual Luiza Mahin, e também pelo diretor da Escola.

Os participantes ou sujeitos que compõem o corpus estudado são 18 (dezoito) professores que ministram aulas para os Jovens em medida socioeducativa na escola Colégio Estadual Luiza Mahin DEGASE/Ilha do Governador/RJ e 1 diretor da mesma.

3.4 Desenho (modelo)

O modelo desta pesquisa é a não experimental, pois, sua realização não implica manipulação de variáveis; mas bem, os fenômenos se observam em seu ambiente natural para analisá-los (Sampieri et al., 2013). Esses autores (2006) falam que o uso de um modelo não experimental acontece quando não existe manipulação deliberada de variáveis. Observa os fenômenos tais como se produzem no seu contexto natural, para depois analisá-los, não construindo situação, mas sim, observam-se situações já existentes. Cabendo destacar que nessa investigação não busca generalizar os resultados, pois eles somente valem para os sujeitos estudados.

A pesquisa adotou a modalidade estudo de campo que de acordo com Gil (2002, p. 53),

Tipicamente, o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo.

Fonseca (2002), a caracteriza como “investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa *ex-post-facto*, pesquisa-ação, pesquisa participante, etc.).” Tal modalidade, vem ao encontro dos objetivos da presente pesquisa, uma vez que foi realizado estudo junto aos docentes da Escola Colégio Estadual Luiza Mahin/DEGASE/RJ,

a fim de explorar situação da vida dos adolescentes em conflito com a lei, e sua relação com a Educação.

3.5 Enfoque

Esta, é uma pesquisa com enfoque misto: qualitativo e quantitativo. O enfoque qualitativo não trata de quantificar os fenômenos, nem tão pouco explicar dados estatísticos. De acordo com Minayo (2001), a pesquisa qualitativa envolve-se prioritariamente com o universo de sentidos, pretensões, crenças, valores e costumes, o que equivale a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos.

Quanto a abordagem quantitativa, utiliza entre outros a medição numérica, na contagem para estabelecer com exatidão os padrões de comportamento de um grupo pesquisado. (Sampieri et al, 2006). Seu propósito é medir as variáveis e o tratamento estatístico das informações. Assim, objetiva descrever ou explicar as descobertas. Nesse sentido, os instrumentos utilizados para coletar os dados quantitativos foram elaborados de forma a atender os objetivos propostos. Ou seja: os questionários aplicados junto aos professores representaram o instrumento mais indicado na pesquisa, uma vez que a proposta foi responder aos objetivos, cabendo esclarecer que na pesquisa não há hipóteses a serem testadas, mas sim uma pergunta geral que norteou toda a tese, qual seja: Qual o papel da Educação enquanto política pública e como alternativa para Jovens em conflito com a Lei? Cujas respostas a essa indagação, é que o papel da Educação é altamente relevante, eis que conforme apurado pela pesquisa, é um processo pelo qual se muda comportamentos.

3.6 Tipo de investigação

Quanto ao tipo, a pesquisa é descritiva, que aqui melhor se aplica porque “Entre as pesquisas descritivas, salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental etc” (Gil, 2002, p. 42). Além disso, (Triviños, 1987), pontua que “pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade.”

3.7 Descrição do lugar do estudo

Departamento Geral de Ações Socioeducativas – DEGASE - órgão do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, vinculado à Secretaria de Estado de Educação, que tem a responsabilidade de acolher, cuidar, acompanhar, atender e tratar o adolescente em conflito com a lei, bem como seus familiares, objetivando sua reinserção na sociedade pela execução de medidas socioeducativas e o acompanhamento de egressos, preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

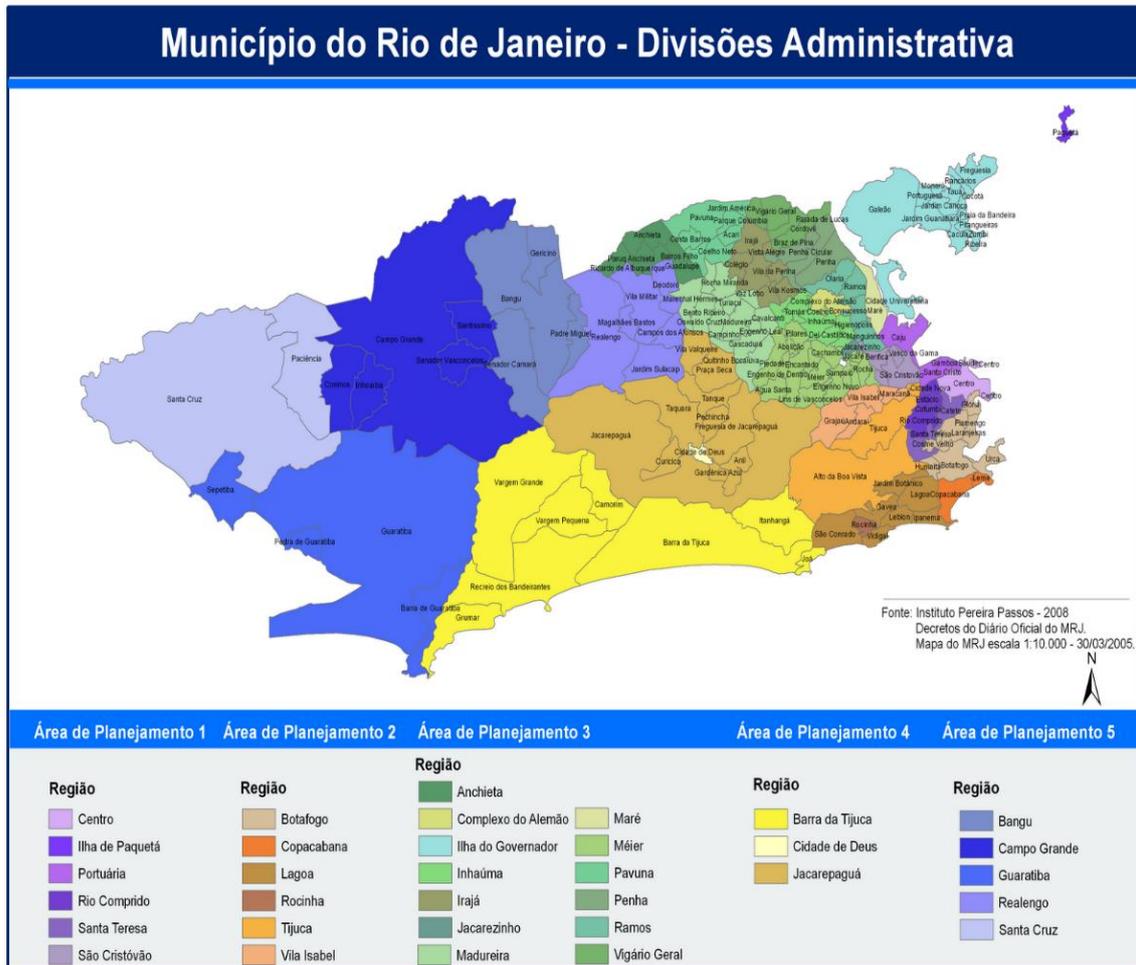
Vale esclarecer que o sistema DEGASE é a Instituição que abriga diversas unidades, e essas, com objetivos distintos, dentre as quais unidades que recebem menores infratores para que cumpram medidas socioeducativas; escolas destinadas aos alunos em conflito com a lei etc. Dessa forma, de acordo com sítio eletrônico da Instituição¹⁷ a estrutura administrativa é: Diretor-Geral - Chefe de Gabinete - Subdiretor-Geral - Corregedor - Ouvidoria - Gerente do Escritório de Projetos - Assistente Técnico de Identificação e Gerenciamento de Informações - Assistente Técnico de Projetos de Infraestrutura - Assessoria às Medidas Socioeducativas e ao Egresso - Assessoria de Sistematização Institucional - Assistente Técnico para Assuntos Jurídicos - Assistente Técnico de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação - Assessor de Comunicação Institucional - Coordenador de Recursos Humanos - Coordenação de Execução de Medidas Socioeducativas - Coordenação de Saúde Integral e Reinserção Social (CSIRS); Coordenação Administrativo e Financeiro - Coordenador de Segurança e Inteligência – Coordenação de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – Diretoria do Centro de Capacitação Profissional – Direção da Escola de Gestão Socioeducativa Professor Paulo Freire.

O Centro de Socioeducação Prof. Antônio Carlos Gomes da Costa, é parte integrante do DEGASE, o centro é subdividido, e assim, o Colégio Estadual Luiza Mahin, funciona nesta unidade, oferecendo o processo de educação escolar para as jovens infratoras, ela atende a adolescentes do sexo feminino na faixa de 12 a 18 anos, oriundas de todas as localidades do Rio de Janeiro, encaminhadas pelos Juizados da Infância e Juventude, em virtude da atribuição de atos infracionais. Sua localização se encontra representada no mapa abaixo:

¹⁷ <http://www.degase.rj.gov.br/instituicao/estrutura>

Figura 2

Mapa do município do Rio de Janeiro



Fonte: <http://mapaambiental.blogspot.com/2010/08/bairros-do-rio-de-janeiro-shapefile.html>

Figura 3

Centro de Socieducação Prof. Antônio Carlos Gomes da Costa



Fonte: acervo da autora

O Colégio Estadual Luiza Mahin possui 46 alunas (segundo dados do Censo Escolar de 2018) em Ensino Fundamental I e Ensino Médio

- Ensino Fundamental I: 30 alunos
- Ensino Médio: 16 alunos
- Total de Alunos: 46 alunos

3.8 Técnicas de coleta de dados

A coleta de dados foi realizada como já anunciado, através de Estudo de Campo, para tanto, foram utilizados dois tipos de instrumentos: 1) foram utilizados questionários com perguntas fechadas, porque de acordo com Gil (2002, p. 115): “Analisando-se cada uma das três técnicas, pode-se verificar que o questionário constitui o meio mais rápido e barato de

obtenção de informações, além de não exigir treinamento de pessoal e garantir o anonimato. ” Estes, foram aplicados junto ao corpo docente que atua na Instituição.

Lakatos e Marconi (2002, p. 202), assinalam as vantagens do questionário como instrumento para coleta de dados, dentre as quais destaca-se: “[...] g) há mais segurança, pelo fato de as respostas não serem identificadas; h) há menos risco de distorção, pela não influência do pesquisador; [...] i) obtém respostas que materialmente seriam inacessíveis.

2) também, foi utilizado uma entrevista semiestruturada, que de acordo com Gerarth e Silveira (2009, p. 79): “O pesquisador organiza um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal.” Baseado no postulado desses teóricos, foi elaborado o roteiro para a entrevista, este, foi essencialmente construído à luz dos objetivos específicos visando atender não apenas um, mas a todos os objetivos específicos em que se buscou resposta para pergunta que norteou toda tese, que é: Qual o papel da Educação enquanto política pública e como alternativa para Jovens em conflito com a Lei? Cumpre esclarecer que a entrevista foi aplicada junto à diretora da unidade estudada em que foi gravada toda a fala da entrevistada e posteriormente transcrita de forma fidedigna. A validação da entrevista foi feita por três doutores da área e com o aval do orientador.

Os dados trabalhados na presente pesquisa foram, necessariamente levantados com base nas informações constantes nos questionários e na entrevista aplicada junto aos sujeitos selecionados. De acordo com os objetivos estabelecidos para este estudo a análise dos questionários se deu através de tabulação utilizando a ferramenta disponível no editor de planilhas Excel, e a entrevista foi analisada à luz da técnica de análise de conteúdo que segundo Gerarth e Silveira (2009, p. 84):

A análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa e, como tal, tem determinadas características metodológicas: objetividade, sistematização e inferência. Segundo Bardin (1979, p. 42), ela representa um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visam a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens.

Tais considerações das autoras vêm ao encontro dos objetivos estabelecidos quanto a análise dos dados coletados no presente estudo, uma vez que o conteúdo coletado consta de entrevista semiestruturada.

3.8.1 Procedimento

Nessa seção, se encontra a descrição dos procedimentos de coleta de dados para a realização da presente pesquisa. Optamos por descrever com riqueza de detalhes e isto se justifica porque a Instituição estudada se constitui de forma sensível por lidar com um público alvo peculiar (em medida socioeducativa) o que se intensifica por serem menores de idade. Assim, abaixo, traçamos o percurso dos procedimentos adotados.

Ao eleger a Instituição em tela como campo de estudo, o primeiro procedimento foi buscar um primeiro contato, o que se deu em junho de 2019, optei por dispensar contatos telefônicos ou virtuais e me dirigi diretamente a uma das instalações do Departamento Geral de Ações Socioeducativas - DEGASE, na ilha do Governador, especificamente na escola Luísa Mahin, sendo recebida pela diretora adjunta, que me apresentou todo o corpo docente e apresentou as instalações da escola, orientando posteriormente a procurar o órgão responsável para obtenção da autorização para realização da pesquisa, no caso em tela, a Diretoria Especial de Unidades Prisionais e Socioeducativas – DIESP, na ocasião ainda localizada na escola Estadual Candeia, na Ilha do Governador e atualmente localizada no centro da cidade do Rio de Janeiro.

Estabeleci contato com o citado órgão e obtive a relação de documentos necessários para abertura de processo. Após providenciar toda a documentação necessária, dei entrada no processo e aguardei a tramitação do mesmo. Em agosto de 2019, obtive finalmente a autorização para realização da pesquisa. Os questionários foram aplicados a todo o corpo docente em duas semanas corridas. De 12 a 16 e 19 a 23 de agosto. A entrevista foi realizada também no mês de agosto do corrente ano com a diretora adjunta professora Daniela, a duração da entrevista foi em torno de duas horas. A diretora ficou à vontade para esclarecer e expor todos os fatores relativos à educação de suas alunas bem como o comportamento das mesmas na instituição. Conforme o roteiro previamente estabelecido, a abordagem foi o perfil das alunas, suas aspirações, desejos, escolaridade, reincidências. Ainda com base no roteiro abordamos também a formação acadêmica de seu quadro docente e demais enfoques pertinentes ao estudo.

Toda a entrevista foi realizada na sala dos professores, local muito próximo das demais salas de aula e também do alojamento, local esse em que se podia ouvir claramente as alunas interagindo em suas atividades rotineiras. Importante dizer que as alunas são de fato tratadas como alunas e existe a preocupação da valorização enquanto mulheres e o respeito à dignidade da pessoa humana; e que foi possível perceber que para a maioria das alunas é essa a única noção de família que elas possuem e com o passar do tempo se acostumam com o ambiente organizado e passam a zelar por ele e ajudam na preservação com as novatas que chegam quase que diariamente para cumprimento de medida socioeducativa.

3.8.2 Validação e adequação dos métodos aos objetivos da tese

A validação do questionário assim como da entrevista, também foi feita por três doutores da área e com o aval do orientador. Desse modo os instrumentos foram adequados conforme os resultados dessas avaliações.

Para atender aos objetivos da tese, foram elaborados questionários conforme segue: com vistas a atender ao objetivo número 1 (descrever o perfil dos adolescentes em medida socioeducativa no DEGASE/RJ) foi indagado: qual o sexo predominante dos alunos apreendidos; qual a classe econômica predominante; qual a raça dos alunos.

Com vistas ao atendimento do objetivo número 2 (verificar a importância da Educação para os jovens, na visão dos professores que lidam diretamente com esses jovens) foi perguntado na percepção dos professores: o conteúdo de maior interesse deles; o de menor interesse; a frequência na escola; índice de participação; o fator positivo da educação junto aos alunos.

Em relação ao objetivo específico número 3 (caracterizar a formação dos professores que atuam no DEGASE/RJ) foi indagado sobre a formação acadêmica do professor, o tempo de atuação no DEGASE; o número de turmas que leciona; se possui formação em pós-graduação; e sobre eventuais capacitações para atuar no DEGASE.

3.9 Técnica de análise de dados

O método de análise dos dados quantitativos foi a utilização de tabelas no programa *Excel*, por se tratar de uma amostra relativamente pequena, foi dispensado programas estatísticos específicos. Em relação a análise dos dados qualitativos, após realização da

entrevista, detectou-se a necessidade de aplicação do método de análise do conteúdo utilizando a técnica de categorização. (Bardim 2009). As categorias foram elaboradas à luz do referencial teórico utilizado na presente pesquisa.

4 RESULTADOS

Os resultados serão apresentados em dois momentos: optou-se por iniciar apresentado a análise dos dados quantitativos, resultado estes, obtidos através de questionários aplicados aos professores. Os resultados estão organizados de forma a atender os objetivos específicos e se encontram demonstrados conforme segue:

4.1 Resultados quantitativos

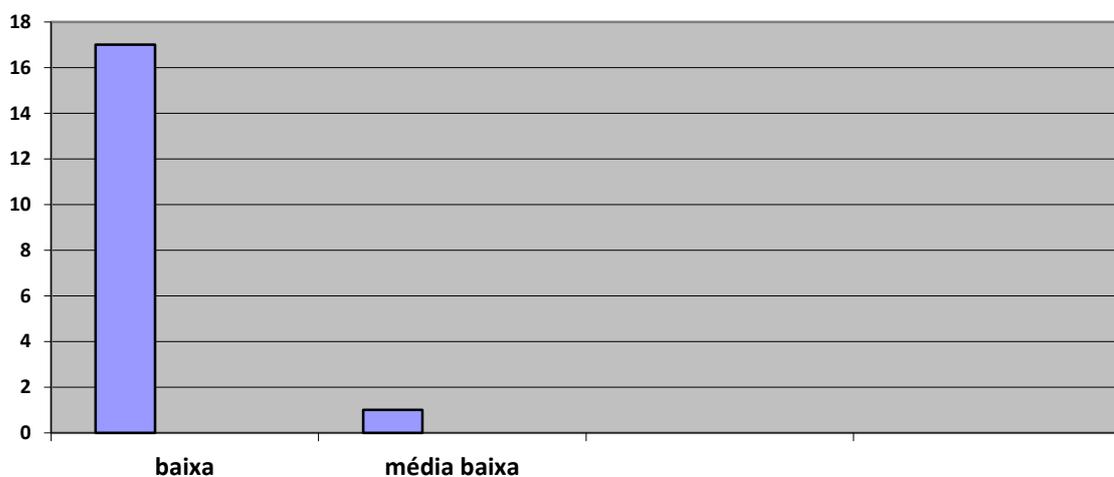
4.1.1 Descrição do perfil dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativa no DEGASE/RJ

Em relação ao perfil dos alunos, a escola objeto de estudo na presente pesquisa se destina exclusivamente a atender alunas do sexo feminino, portanto o total de frequentadores da escola é 100% feminino.

No momento da realização da pesquisa, (agosto 2019) haviam um total de 46 jovens infratoras de faixa etária entre 14 a 17 anos frequentado a escola. Em relação à classe econômica 17 professores responderam que as jovens são de classe baixa, e 1 professor respondeu média baixa.

Gráfico 1

Perfil das alunas quanto à classe social

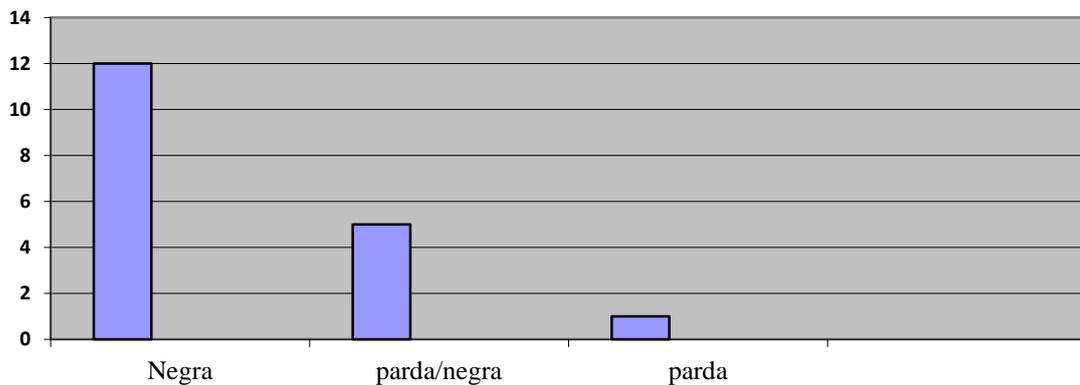


Fonte: Dados da pesquisa

Conforme os dados, quanto ao perfil das alunas que se encontram em processo socioeducativo na escola Luiza Mahin são predominantemente de classe baixa. Já em relação à raça, 12 professores responderam negra; 05 professores citaram parda e negra, e 1 professor respondeu parda, conforme representação gráfica abaixo.

Gráfico 2

Perfil das alunas quanto a raça



Fonte: Dados da pesquisa

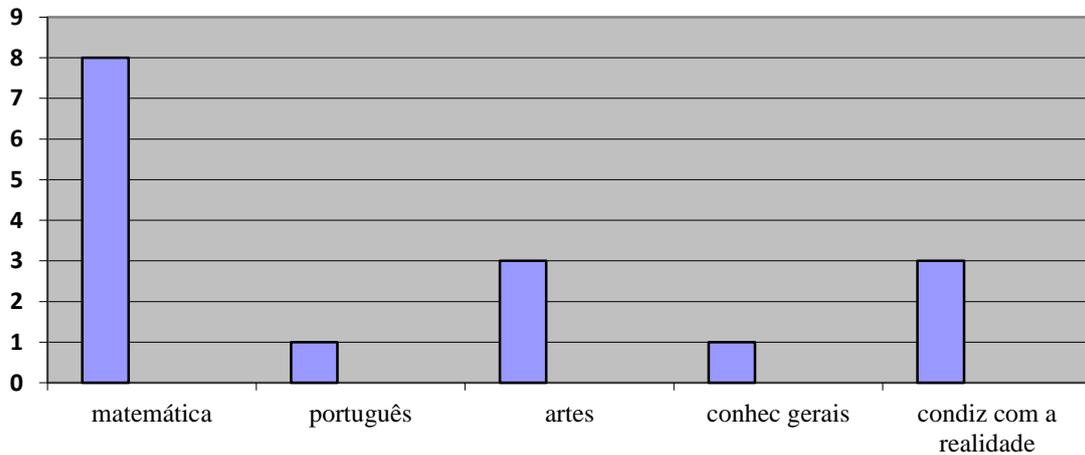
Os dados revelam a total inexistência de jovens infratoras (na unidade estudada) oriundas de raça branca, são predominantemente negras, e um percentual muito baixo respondeu parda ou parda negra, não sendo citada a cor branca.

4.1.2 Importância da Educação para os jovens, na visão dos professores que lidam diretamente com esses jovens

A disciplina com maior interesse pelas alunas: 8 matemática; 1 português; 2 alegaram não saber especificar; 3 artes, 1 conhecimentos gerais; 3 alegaram que as alunas têm maior interesse por temas condizentes com a realidade delas.

Gráfico 3

Disciplinas com maior interesse das alunas

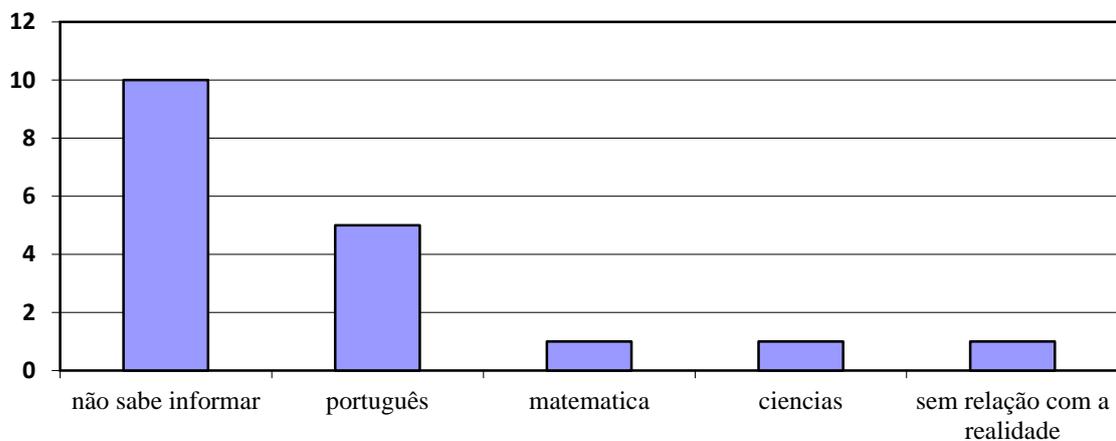


Fonte: Dados da pesquisa

Já em relação à disciplina de menor interesse o cenário é: 10 professores não souberam informar; 5 português; 1 matemática; 1 ciências e 1 alegou que o desinteresse é maior pelos conteúdos que não estabelece relação com a realidade delas.

Gráfico 4

Disciplinas com menor interesse pelas alunas



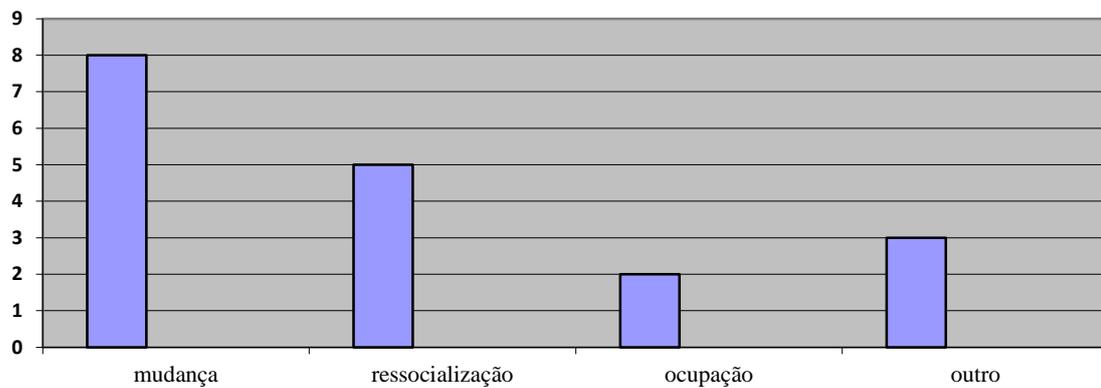
Fonte: Dados da pesquisa

Quanto a continuidade de frequência na escola o total de 18 professores responderam que sim, e o índice de participação na escola também houve unanimidade e o total de 18 professores afirmaram que é mais de 50%.

Em relação ao fator positivo da escola para os alunos, 8 responderam oportunidade de mudança; 5 como uma oportunidade de ressocialização; 2 uma forma de mantê-los ocupados; 3 responderam a alternativa outro, mas sem especificar.

Gráfico 5

Fator positivo da Escola



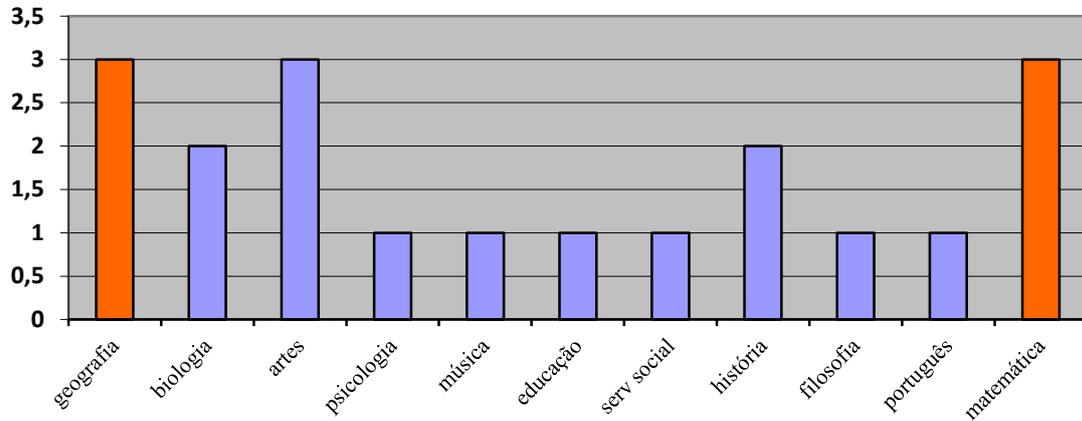
Fonte: Dados da pesquisa

4.1.3 Formação dos professores que atuam no colégio Luiza Mahin/ DEGASE/RJ

No que se refere aos docentes e suas formações acadêmicas, o resultado é eclético, pois o cenário é: 3 geografia; 2 biologia; 2 artes; 1 psicologia; 1 serviço social; 1 música; 1 educação; 1 história/direito; 2 português; 1 filosofia; 3 matemática.

Gráfico 6

Formação dos docentes

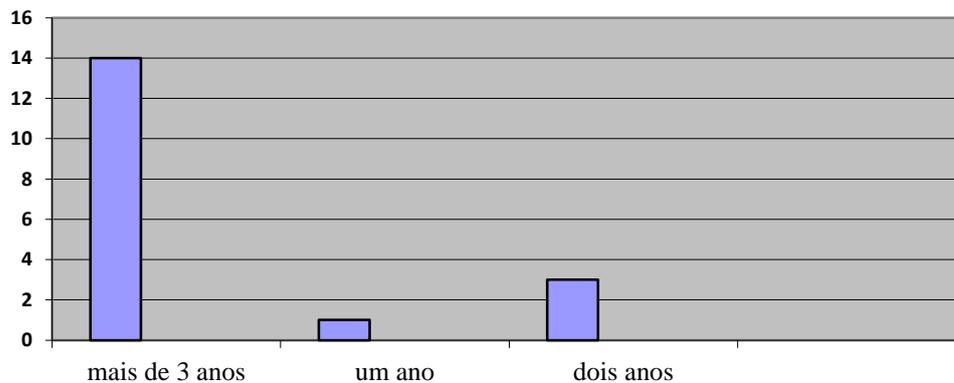


Fonte: Dados da pesquisa

As formações com maior incidência são geografia e matemática, seguida de biologia, porém, o quadro docente da escola é bastante diversificado, configurando assim, a multidisciplinaridade. No tocante ao tempo de trabalho no Luiza Mahin/ DEGASE: 14 professores trabalham há mais de três anos; 1 há um ano; 3 há dois anos.

Gráfico 7

Tempo de permanência dos docentes



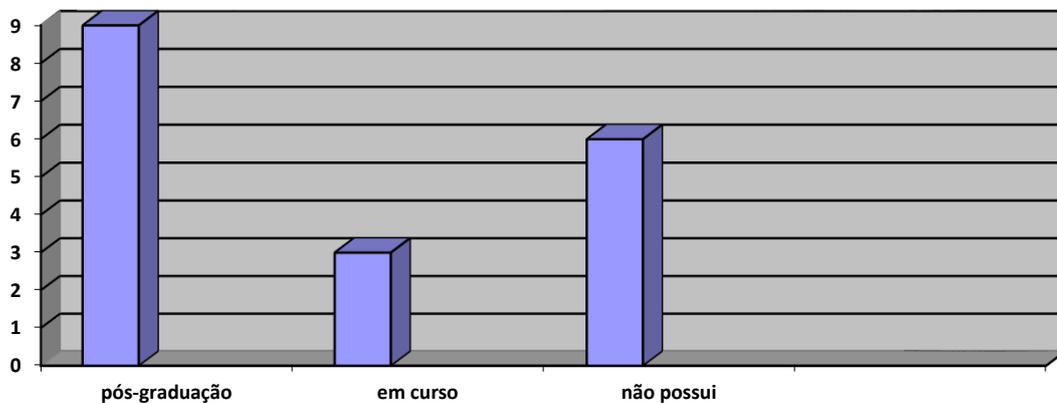
Fonte: Dados da pesquisa

Portanto, o tempo de permanência dos docentes na Escola indica que não há alta rotatividade dos profissionais que atuam na unidade, o que pode representar um ponto positivo, uma vez que, assim, eles têm oportunidade de conhecerem as demandas das alunas e dessa forma, adquirirem expertise para melhor desenvolverem suas tarefas junto a elas.

Ainda em relação à formação docente, 9 professores têm pós-graduação; 3 estão cursando e 6 não possuem pós-graduação.

Gráfico 8

Formação docente



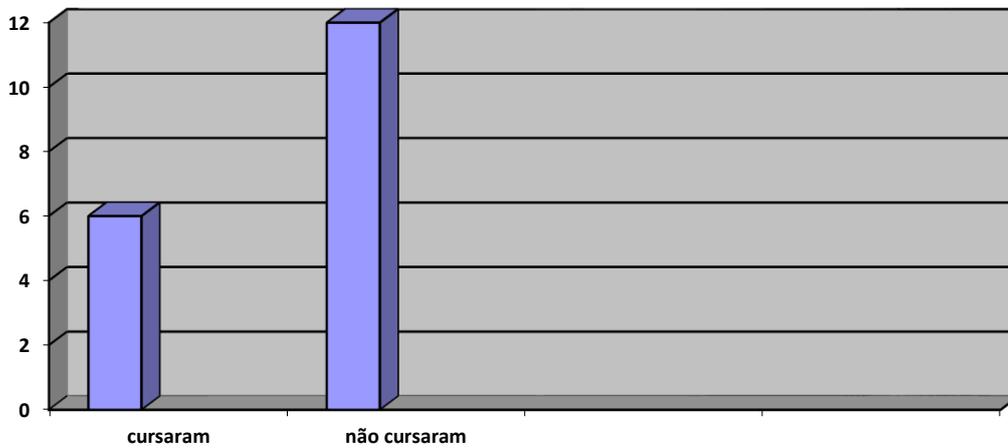
Fonte: Dados da pesquisa

A especialização representa a formação contínua, e no caso em tela, a metade dos professores possuem pós-graduação, e três se encontram cursando (agosto 2019) e 6 professores não possuem pós-graduação, o que indica que o quadro de docentes da Escola Luísa Mahin é razoavelmente qualificado.

No que se refere aos cursos preparatórios, ou de capacitação para atuarem no DEGASE 6 professores afirmaram ter frequentado curso de capacitação e 12 alegaram não terem participado de cursos preparatórios.

Gráfico 9

Curso de capacitação docente



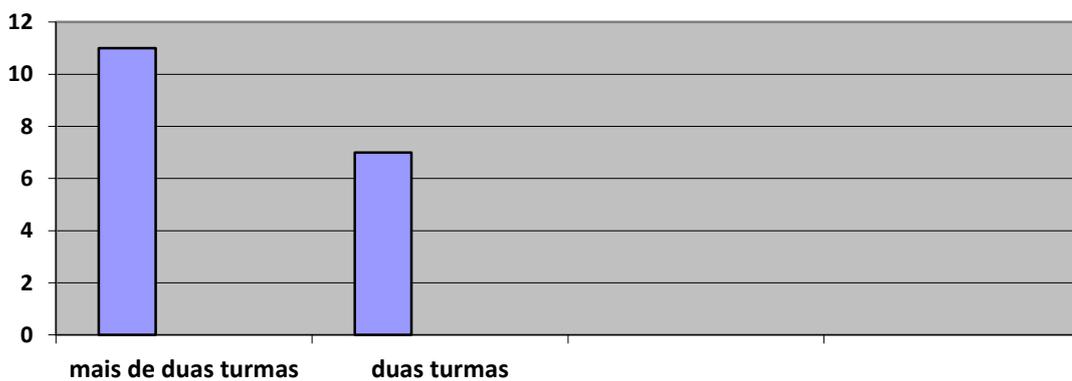
Fonte: Dados da pesquisa

A preparação específica para atuar junto às jovens infratoras não se configura como uma praxe na Escola estudada, pois apenas um terço do total alegou ter frequentado curso preparatório.

Ao serem indagados sobre o total de turmas que lecionam: 11 professores trabalham em mais de duas turmas, e 7 em duas turmas.

Gráfico 10

Número de turmas lecionadas pelos docentes



Fonte: Dados da pesquisa

Os números do gráfico acima revelam que a grande maioria dos professores lecionam em mais de duas turmas. Não houve menção a atuação apenas em uma turma, no mínimo, duas turmas. No entanto, se considerarmos 18 professores para um total de 46 alunas, e uma média de 12 alunas por sala, significa uma realidade bastante confortável.

Conforme anunciado, optamos por apresentar os resultados em dois momentos, assim, findados os resultados quantitativos, ora se apresenta a análise qualitativa dos dados, análise essa, que utilizou a técnica de análise de conteúdo (Gil, 2002), da entrevista realizada com a diretora adjunta da unidade escolar Luísa Mahin, objeto de estudo da presente pesquisa. A técnica de análise de conteúdo se dá à luz de categorias constituídas *a priori* e baseadas nas teorias que formaram o quadro teórico apresentado na presente pesquisa.

Amparada nas teorias de Miles & Huberman (1984), a análise foi dividida em quatro etapas a saber: a realização das entrevistas e respectivas transcrições¹⁸, a organização e síntese dos dados coletados, a apresentação dos dados coletados e a verificação dos dados e conclusões. Vale ressaltar que para a análise dos dados, optamos por realizar cada uma das etapas apresentadas por Milles e Huberman (1984) de forma manual, dispensando o auxílio de *softwares* especializados para análises qualitativas, e isso se justifica porque esses programas viabilizam a organização e análise dos dados de um grande número de entrevistados, o que não se aplica na presente pesquisa. Ademais, sua utilização não é garantia de melhor apuração dos dados (Van Den Hoonaard, 2008). Dessa forma, apresenta-se as análises conforme segue.

4.2 Resultados qualitativos

4.2.1 Educação como políticas públicas regulatórias

Na concepção de Bucci (1996), as políticas públicas são uma resposta do governo (poder público) a um problema demandado pela sociedade.

O fundamento mediato e fonte de justificação das políticas públicas é o Estado social, marcado pela obrigação de implemento dos direitos fundamentais positivos, aqueles que exigem uma prestação positiva do Poder Público (Bucci, 1996, P. 135).

¹⁸ Foram realizadas de forma fidedigna, ou seja: exatamente como as participantes se expressaram

Como exemplo de política pública, e sua operacionalização na escola estudada a Coordenadora afirma:

Quando as meninas chegam, elas são classificadas de acordo com o histórico e a infração cometida, para a partir se proceder a internação que é especificada pelo juiz. [...] aí são cadastradas no sistema conexão, que é um sistema comum a todo o Estado, então por exemplo, se uma menina estudou lá em Cabo Frio, ela vai constar no sistema conexão.

A constituição da educação para jovens infratores representa uma política pública na qual, o Estado busca atender a uma demanda da sociedade, embasado pela ideologia social, sustentada pelos direitos fundamentais, no caso em tela, o direito à Educação, devidamente cumprido, uma vez que as alunas passam a fazer parte de um sistema (Conexão) no qual são cadastradas, compondo o banco de dados referente às matrículas, e assim, o Estado se isentando de eventuais reponsabilidades no tocante ao descumprimento de direitos fundamentais.

No que se refere às políticas públicas regulatórias, de acordo com Frey (2000), as palavras que melhor definem esse tipo de política, são ordens e proibições, e para isso necessitam de decretos e portarias. Esse tipo de política é bastante complexo, pois seus custos, benefícios, consenso e coalizão não são passíveis de determinações a priori, e dependem da configuração concreta das políticas. Essas considerações vêm ao encontro do que foi verbalizado no conteúdo da entrevista da diretora adjunta da Escola Luísa Mahin que assinalou:

Frequentar a escola é condição pré-estabelecida e faz parte da medida socioeducativa [...] se não frequenta a escola, isso consta num relatório que vai para o MP, e chega ao juiz e isso indica que ela não está apta a voltar para a sociedade.

A fala da entrevistada coaduna com os conceitos das políticas públicas regulatórias, uma vez que o que as identifica são ordens, proibições, o que está de acordo com as normas das medidas socioeducativas do DEGASE/RJ.

A Educação prima por transformar vidas, porém, o caso das jovens infratoras assume um caráter específico, como relatou a entrevistada:

Como política pública não funciona, porque quando sai do DEGASE não tem continuidade [...] a escola vai até aqui – daqui pra frente é com o Estado.

O relato da entrevistada implica dizer que a Educação por mais transformadora que seja, não consegue perpetuar suas bases nas alunas daquela instituição, pois ao deixarem o DEGASE, elas precisariam de apoio familiar, de continuação do processo educativo, de ressocialização, porém, muitas não encontram sequer uma família.

4.2.2 Importância da Educação para adolescentes infratores

Na concepção de Freitas e Ramires (2010), as infrações cometidas pelos jovens encontram bases que podem explicá-las: no caso dos jovens, parece viável dizer que envolve sua formação, local de residência, estrutura familiar, renda e escolaridade.

“Muitas dessas meninas chegam aqui em situação de risco acentuada, costumam dizer na linguagem delas, “Não estudo na pista, vou estudar dentro da instituição?”

A entrevistada relata que ao chegarem na Instituição, as jovens são normalmente, desprovidas de valores éticos, familiares, educacionais, a entrevistada relata, que muitas vezes, elas não sabem explicar sequer a série que cursaram na escola que frequentaram, no entanto, a escola se incumbem de modificar esse cenário.

Nós temos duas alunas que ganharam concurso de redação do DPU, 1^o e 3^o lugares, elas ganharam um tablete, lá fora elas nunca poderiam pensar que seriam capazes de ganhar um concurso.

Nesse caso, a Educação fez a diferença na vida das alunas, inclusive o fato de ganharem o concurso, de terem a oportunidade de se sentirem pertencentes a sociedade, implica em buscarem outras possibilidades, e dessa forma a Educação assume um papel relevante na vida das alunas, uma vez que, via de regra, essas jovens desconhecem os valores morais que regem a vida.

“Muitas são usuárias de drogas, não têm família” [...]eu creio que elas precisam perceber que a gente trabalha em grupo, e que se sintam acolhidas, muitas vezes, a referência de vida é o DEGASE.

Nessa linha de pensamento, Amaral (2007) assinala que: ou melhor, os fatores que normalmente representam o motivo pelo qual os jovens entram em conflito com a lei,

existem, são reais, mas, nem todos os jovens se deixam levar por eles, e muito provavelmente, o que faz a diferença é a base familiar.

[...]na verdade, a gente não está ressocializando, porque elas nunca foram socializadas.”

As considerações de Amaral (2007), coadunam com a fala da entrevistada, quando afirma que o papel ressocializador da instituição na verdade, se transforma em papel socializador, porque as jovens na verdade são desprovidas de base familiar, o que se considera condição para uma vida livre de percalços.

Nesse sentido, a Educação faz parte da vida das jovens infratoras da Escola estudada, porque normalmente elas chegam na Instituição com problemas sérios de convivência, como relatou a entrevistada, ao ser indagada sobre o perfil das alunas:

“Não alfabetizadas, autoestima baixa, agressividade, que na verdade não é agressividade, é vergonha, aí entramos com a sondagem da vida dela em todo o Estado, aí vem o acolhimento”.

Porém, quando a escola inicia sua atuação incisiva com as alunas, o cenário normalmente se modifica, “Elas querem, existe um eu mereço!” Dessa forma, a Educação, através do DEGASE, e mais especificamente, com o resultado do trabalho dos professores e demais componentes, fazem emergir a sensação de que a Educação é o elemento chave, que dispõe de mecanismos para que as jovens infratoras vislumbrem uma vida (re) socializada, e na Escola Luísa Mahin, existem indícios positivos:

“Aqui, elas adquirem identidade de aluna “. Isso já se configura como um grande começo.

Para a entrevistada, a Educação está cumprindo seu papel, pois ela observa que as alunas ao adentrarem na escola, se reconhecem como alunas, se inserem em um grupo, e aflora um sentimento de pertencimento que difere do pertencimento anterior, que era a um grupo em conflito com a lei.

4.2.3 Formação docente e adolescentes infratores

Baseado nas considerações de Azanha (2004), no referencial teórico acerca da formação docente consta: Dessa forma, mais uma vez, chama-se atenção para a importância do professor na formação do indivíduo em todas as faixas-etárias, e voltando na LDB, é importante que se pense a respeito dos requisitos básicos necessários à formação do

professor para atender a tal realidade, e muitas vezes, transcender às diretrizes e espaços meramente escolares, pois muitas vezes o professor precisa atuar em frentes que ultrapassam o limite da simples docência.

Tais considerações estão de acordo com o que relata a entrevistada quando se refere ao fazer diário dos professores que atuam na Escola Luísa Mahin:

Eu falo com os professores que vale muito mais a pena dez minutos de conversa para levantar a autoestima, que uma aula inteira no quadro.

A escola tem um corpo docente voltado para as necessidades das alunas, os dados quantitativos apuraram que a formação é altamente eclética, e isso se justifica porque as turmas são multidisciplinares a modalidade é multiseriada, em um contexto educacional que engloba do primeiro ao quinto ano, ou do sexto ao nono anos.

CONCLUSÕES

Frente ao cenário complexo envolvendo a política, economia e segurança do Brasil, e sobretudo com base nas informações do Conselho Nacional de Justiça – CNJ – que no ano de 2016, o número de adolescentes cumprindo medida socioeducativa no país teve um aumento de 100%, e, assumindo que só a Educação pode representar um elemento significativo para que se vislumbre um cenário diferente do atual estabelecemos o tema da presente pesquisa - Educação como alternativa para jovens em conflito com a Lei- Um Estudo No Departamento Geral de Ações Socioeducativas/RJ.

Para tanto, foram desenvolvidos objetivos, que acreditamos terem sido alcançados, como segue:

1) descrever o perfil dos adolescentes em medida socioeducativa no DEGASE/RJ.

Apuramos que o perfil das adolescentes na Escola estudada é: são todas do sexo feminino com faixa etária entre 14 a 17 anos, oriundas de classe econômica baixa, e média baixa. Além disso, as alunas ao chegarem no sistema DEGASE, e mais especificamente na Escola Luísa Mahin, via de regra, carregam o estigma de serem rejeitadas pela sociedade. Também constitui o perfil dessas alunas, o semianalfabetismo, e também o analfabetismo total. Vale dizer também que elas são oriundas da cidade do Rio de Janeiro, mas muitas delas, dos municípios que compõem o Estado.

2) verificar a importância da educação para os jovens, na visão dos professores e coordenadores que lidam diretamente com esses jovens.

Em relação a importância da Educação para essas jovens, vale destacar que frequentar a Escola faz parte das medidas socioeducativas, mas o índice de participação é em torno de 50%. As alunas demonstram maior interesse por disciplinas que de alguma forma tratam de assuntos relacionados com suas realidades, ou seja: com atividades que abordem às questões de ordem social e em relação às Leis do país. Ou seja: os professores conseguem a atenção das alunas de forma efetiva, quando inserem nas aulas temas que de alguma forma estão relacionados com o tipo de vida que elas conhecem; com os problemas sociais do país, a violência, a delinquência.

3) caracterizar a formação dos professores que atuam no DEGASE/RJ.

Quanto aos professores que trabalham com essas alunas, a pesquisa apurou que a formação é multidisciplinar (diversas áreas de conhecimento). Apurou também que os professores trabalham há mais de três anos na Instituição, o que indica que não existe uma

grande rotatividade, o que significa a possibilidade desses professores conhecerem em profundidade as alunas, e também adquirirem expertise para lidar com elas. Além disso, a metade possui curso de pós-graduação. Porém, apenas um terço deles frequentou curso de capacitação para atuar no sistema DEGASE, ou seja, os professores atuam na Escola com a formação exigida para qualquer outra escola, sem considerar as particularidades que envolvem as menores em medida socioeducativa.

Com base nesses resultados, e respondendo à pergunta inicial do estudo: qual o papel da Educação enquanto política pública e como alternativa para Jovens em conflito com a Lei? A pesquisa apurou que o papel da Educação enquanto política pública e como alternativa para Jovens em conflito com a Lei, se constitui como altamente relevante, uma vez que na Escola objeto da pesquisa, apresenta questões como autoestima e motivação para a Educação - e conseqüentemente uma vida melhor – que são trabalhadas de forma a motivar as alunas a estudarem inclusive com premiações, o que para este público, significa uma prática jamais vivida ou mesmo vislumbrada.

Dessa forma, como contribuição para a ciência, ratifica-se que a Educação não é apenas importante, mas, significa a única opção para que essas alunas não reincidam em conflitos com a Lei, sobretudo porque, a grande maioria é oriunda de famílias desestruturadas, cabendo à Educação, a incumbência de transformar o futuro delas.

Concluimos afirmando que as questões tratadas nessa pesquisa contribuem com dados relevantes, tanto aqueles que representaram as premissas do estudo, quanto os apurados com a coleta dos dados, possuem grande representatividade para a área de conhecimento na qual a pesquisa está inserida, pois contribui de forma efetiva para a disseminação das informações e dados relativos à problemática estudada, como por exemplo, o aumento de 100% na apreensão de menores para medidas socioeducativas, e a inovação de premiar alunas que se encontram nessas medidas, o que incide na autoestima e conseqüentemente no sucesso do processo socioeducativo.

A premiação que ocorre no sistema DEGASE, significa reconhecer nas alunas, o potencial de cada uma, significa também, proporcionar a elas a oportunidade de elevar a autoestima, e evidenciar que existe um lugar que é delas, e esse lugar está na Educação, que é um processo pelo qual se muda comportamentos.

RECOMENDAÇÕES

Os dados apurados com a pesquisa apesar de relevantes e indispensáveis, não são suficientes para que deixemos de mencionar aqui, a urgência de maiores investimentos do poder público em políticas públicas educacionais visando sobretudo, o trabalho em conjunto com as famílias, inclusive com projetos que visem melhorar a condição dessas famílias.

Além disso, cabe acrescentar também, a real necessidade de maiores e urgentes investimentos na formação, qualificação e especialização dos profissionais que lidam com essa realidade, assim como a participação efetiva do Estado no processo de continuidade de ressocialização desses jovens em conflito com a Lei.

REFERENCIAS

- Agum, R., Riscado, P. M. (2015). Políticas públicas: conceitos e análise em revisão. *Revista Agenda Política* | Vol.3 – n.2 – julho/dezembro.
- Azanha, J.M.P. (2004). Uma reflexão sobre a formação do professor da escola básica. *Educação e Pesquisa*. vol.30 n.º.2, São Paulo: mai/ago. Recuperado em: 20 junho 2019 de: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022004000200016>.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000200016
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Brasil - Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2017). *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: ano 11.
- _____. Lei 9394/96. (1996) estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF.
- _____. Lei nº 8.069 (1990) de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União de 16/07/1990 – ECA. Brasília: DF.
- _____. Lei 12.594 (2012) institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera a Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Recuperado em: 20 maio 2019 de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm
- _____. (2015). Secretaria de Direitos Humanos (SDH). *Levantamento Anual SINASE 2013*. Brasília: DF.
- Bordin, T.M. (2015) Influências das políticas educacionais internacionais no currículo: algumas incursões. *SABERES*, Natal – RN, v. 1, n. 11, 78-93.
- Bresser-Pereira, L.C., Grau, N. C. org., (1999). *O público não-estatal na reforma do estado*. Rio de Janeiro: Editora FGV. Recuperado em: 07 maio 2019 de: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/192477/mod_resource/content/1/84PublicoNaoEstataRefEst.p.pg.pdf) >.
- Bucci, M. P. D. (1996). As políticas públicas e o direito administrativo. *Revista Trimestral de Direito Público*, n. 13, São Paulo: Malheiros.
- DEGASE (2012). *Legislações, Normativas e Diretrizes Nacionais e Internacionais* Volume 2. Rio de Janeiro.

- Delaneze, T. (2017). *As reformas educacionais de Benjamin Constant (1890-1891) e Francisco Campos (1930-1932): o projeto educacional das elites republicanas*. São Carlos: UFSCar.
- Empresa Brasileira de Comunicação-EBC (2017). *Taxa de analfabetismo no país cai dois pontos percentuais em 2017*. Recuperado de em 06 jun. 2018 de: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-05/ibge-taxa-de-analfabetismo-no-pais-cai-02-ponto-percentual-em-2017>.
- Ferreira, T.L.C. (2012). *Política pública assistencial em período eleitoral: o caso de Carmo do Paranaíba-MG*. (Dissertação de Mestrado). Centro Universitário Euro-Americano, Brasília, DF.
- Ferreira, S. (2012) *Reforma na educação superior: de FHC a Dilma Rousseff (1995-2011)*. In: Linhas críticas, Brasília: n. 36, p. 455-472.
- Freitas, A. S. (2011). Gestão social da educação: para além dos paradigmas da administração. In: GOMES, A. M. (Org.). *Políticas públicas e gestão da educação*. Campinas: SP, Mercado de Letras.
- Frey, K. (2000). *Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil*. Planejamento e políticas públicas no 21 Recuperado em: 8 maio 2018 de: <http://www.ipea.gov.br>.
- Frigotto, G., Ciavatta, M. (2003). Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. *Educ. Soc.* vol.24 no.82 Campinas: Versão *on line*. Recuperado em 28 ago. 2019 de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302003000100005.
- Fonseca, J. J. S. (2002). *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC. Apostila.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* - 4. ed. - São Paulo: Atlas. 2002
- Hagemeyer R.C de C. (2004). *Dilemas e desafios da função docente na sociedade atual: os sentidos da mudança*. Educar, Curitiba: Editora UFPR n. 24, p. 67-85. Recuperado em: 25 maio 2019 de: <http://www.scielo.br/pdf/er/n24/n24a04.pdf>.
- Laudino, D. (2015). *O que são políticas públicas*. Recuperado em: 20 jan 2018 de: <https://daniellelaudinos.wordpress.com>.
- Leher, R. (1998). A ideologia da globalização na política da formação profissional brasileira: *Revista Trabalho e Educação*. NETE/UFMG, n. 04. p. 119-134.
- Libâneo, J.C. (2016). *Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar*. Cadernos de Pesquisa v.46 n.159 p.38-62 jan. /mar. Recuperado em: 28 ago. 2019 de: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v46n159/1980-5314-cp-46-159-00038.pdf>. >

- Liberati, W. D. (2003) *Adolescente e Ato Infracional: Medida Socioeducativa é Pena?* 1ª ed. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira.
- Marconi, M. de A. & Lakatos, E.M (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. 5. Ed. São Paulo: Atlas.
- Melazzo, E.S. (2010). Problematizando o conceito de políticas públicas: desafios à análise e à prática do planejamento e da gestão. *Revista.FCT.UNESP.BR*. V. 4, N° 2, p. 9 – 32.
- Mello, G.N.de. (1991). Políticas públicas de educação. *Estudos avançados*, 5.13: 7-47.
- Minayo, M. C. de S. (org.). *Pesquisa Social. Teoria, Método e Criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes.
- Moraes, A. de. (2007). *Direito Constitucional*. 17. ed. São Paulo: Atlas.
- Neto, F. S. (s d) *Tráfico de drogas e apreensão em flagrante de adolescente infrator*. Recuperado em: 25 maio 2018 de: <https://franciscosannini.jusbrasil.com.br/artigos/121943722/trafico-de-/drogas-e-apreensao-em-flagrante-de-adolescente-infrator>.
- Nóvoa, A. (1995). A formação de professores e profissão docente. In: Nóvoa, A. (Coord.). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, p. 15- 33.
- Oliveira, R. P. de (1998). O Direito à educação na constituição federal de 1988 e seu restabelecimento pelo sistema de justiça. São Paulo: *Revista Brasileira de Educação*. Recuperado em: 28 abr 2018 de: http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde11/rbde11_07_romualdo_portela_de_oliveira.pdf.
- Silveira, F.L.da. Barbosa, M; C.B., Silva, R. da. (2015). Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): Uma análise crítica. *Rev. Bras. Ensino Fís.* vol.37 no.1 São Paulo: Epub.
- Sampieri, H., Collado, C. & Lucio, M. (2013). *Metodologia de Pesquisa*. Tradução: Daisy Vaz de Moraes; revisão técnica: Ana Gracinda Queluz Garcia, Dirceu da Silva, Marcos Júlio. 5ª ed. Porto Alegre. Penso.
- Triviños, A. N. S. (1987) *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.
- Vergara, S. C. (2013). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 14 ed. São Paulo: Atlas.

APÊNDICE

1 – Questionário aos docentes



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACIÓN
DIRECCIÓN DE INVESTIGACIÓN
MAESTRÍA EM CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

MESTRANDA: ALDENISE SOUZA DA FONSECA

TUTOR: PHD. DIOSNEL CENTURIÓN

Prezado (a) Professor (a),

Este formulário forma parte de uma pesquisa de mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Autônoma de Assunção – UAA.

O objetivo geral da pesquisa foi: Analisar o papel da Educação como política pública e alternativa para Jovens em conflito com a Lei na visão de professores e atores da Instituição DEGASE/RJ, no bairro da Ilha do Governador na cidade do Rio de Janeiro.

Nessa base, os objetivos específicos estão listados a seguir: 1) descrever o perfil dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no DEGASE/RJ; 2) verificar a importância da educação para os jovens, na visão dos professores e coordenadores que lidam diretamente com esses jovens; 3) caracterizar a formação dos professores que atuam no DEGASE/RJ.

Por favor preencha esse questionário que será utilizado como instrumento de pesquisa somente. Os dados não serão revelados nem publicados. Agradeço a sua cooperação,

Aldenise Fonseca

1 – Descrever o perfil dos adolescentes em medida socioeducativa no DEGASE/RJ

Sobre o perfil dos adolescentes

Qual o sexo predominante dos alunos apreendidos?

Masculino Feminino

Qual a classe econômica predominante dos alunos?

Alta média baixa

Qual a raça predominante dos alunos?

Branca parda negra

2 verificar a importância da educação para os jovens, na visão dos professores e coordenadores que lidam diretamente com esses jovens;

Sobre a importância da Educação

Qual conteúdo você percebe que há maior interesse e participação dos alunos?

Português Matemática outro Especificar _____

E o que eles apresentam menos interesse?

Português Matemática outro Especificar _____

Os jovens frequentam a escola de forma contínua?

Sim não

Qual o índice de participação de alunos na escola?

Mais de 5% Mais de 10% Mais de 25% 50% mais de 50%

O que você avalia como fator positivo na relação jovens e escola/DEGASE?

A Educação em si oportunidade ressocialização uma forma de mantê-los ocupados Oportunidade de mudança de comportamento outro (Especificar) _____

3. Caracterizar a formação dos professores que atuam no DEGASE/RJ

Sobre a formação docente

Qual a sua formação

Pedagogia Psicologia outro Especificar: _____

Há quanto tempo você trabalha no DEGASE?

Um ano dois anos mais de 3 anos

Em quantas turmas você leciona no DEGASI?

Uma duas mais de duas

Você possui pós-graduação?

Sim não estou cursando

Você passou por algum curso de capacitação para atuar na DEGASI?

Sim não

2 -Roteiro entrevista Diretor e ou Diretora

Como você descreveria o perfil dos alunos da Escola/ DEGASE?

- 1. Você acha que existe um conteúdo pelo qual eles se interessam mais ou menos? Quais?**
- 2. Me fale um pouco sobre a assiduidade**
- 3. Existe um índice de participação e critérios para que eles frequentem as aulas?**
- 4. O que você avalia como fator positivo na relação jovens e escola/DEGASE?**
- 5. De forma geral, qual a formação dos docentes que atuam aqui?**
- 6. Me fale um pouco sobre a rotatividade dos professores**
- 7. A Escola/DEGASE oferece ou exige alguma qualificação específica dos professores?**